

Determinantes do uso da força policial no Rio de Janeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Roberto Leher

Vice-reitora

Denise Nascimento

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

Coordenador

Carlos Bernardo Vainer

EDITORA UFRJ

Diretor

Michel Misse

Diretora adjunta

Fernanda Ribeiro

Conselho editorial

Michel Misse (presidente)

Eduardo Viveiros de Castro

Heloisa Buarque de Hollanda

Norma Côrtes

Renato Lessa

Roberto Lent

**Beatriz Magaloni
Ignacio Cano**

**Determinantes
do uso da
força policial
no Rio de Janeiro**

Editora UFRJ

2016

Copyright © by Beatriz Magaloni e Ignacio Cano, 2016.

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Processamento Técnico
SIBI/UFRJ

M188u Magaloni, Beatriz.

Determinantes do uso da força policial no Rio de Janeiro/Beatriz Magaloni, Ignacio Cano. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2016.

128 p.: 14 x 21 cm.

ISBN: 978-85-7108-415-5

1. Violência policial – Rio de Janeiro (RJ). 2. Policiais – Rio de Janeiro (RJ). I. Cano, Ignacio. II. Título.

CDD: 363.2

Preparação de originais

Thereza Vianna

Revisão

Paula Crespo Halfeld

Sonja Cavalcanti

Capa, projeto gráfico e editoração

Marisa Araujo

Arte final de gráficos e tabelas

Thiago Lins

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fórum de Ciência e Cultura

Editora UFRJ

Av. Pasteur, 250

CEP: 22290-902 – Praia Vermelha

Rio de Janeiro, RJ

Tel./Fax: (21) 3938-5487 e 3938-5488

Comercialização: (21) 3938-5484

Livraria Editora UFRJ

Rua Lauro Müller, 1A

Praia Vermelha.

<http://www.editora.ufrj.br>

Apoio



Fundação Universitária
José Bonifácio

Sumário

Lista de figuras e tabelas, 7

Agradecimentos, 11

Nota, 13

Introdução, 15

Doutrina policial e valores relacionados ao uso da força, 53

Uso real da força, 73

Experimentos para entender as justificativas para o uso da
força letal, 93

Conclusões, 111

Apêndice, 117

Referências, 119

Sobre os autores, 123

Lista de figuras e tabelas

- Figura 1 – Taxa de mortes cometidas por intervenções policiais por cem mil habitantes, segundo delegacias com e sem UPPs, 19
- Figura 2 – Histograma: idade dos policiais, 24
- Figura 3 – Histograma: ano em que os agentes entraram na polícia, 29
- Figura 4 – Histograma: distribuição dos policiais de acordo com o governo que estava no poder ano de entrada na corporação, 31
- Figura 5 – Histograma: número de unidades em que cada policial foi lotado durante a carreira, 33
- Figura 6 – Histograma: distribuição dos policiais por patente, 33
- Figura 7 – Histograma: média de satisfação no trabalho por tipo de unidade, 45
- Figura 8 – Percentual de policiais que escolheriam cada tipo de unidade, de acordo com o tipo de unidade onde trabalham atualmente, 47
- Figura 9 – Histograma: escala de doutrina policial, 57
- Figura 10 – Histograma: escala média de apoio às UPPs por tipo de unidade, 72
- Figura 11 – Histograma: escala de uso da força, 77

- Figura 12 – Fatores individuais que predizem o uso da força. Coeficientes padronizados, 84
- Figura 13 – Fatores profissionais que predizem o uso da força. Coeficientes padronizados, 87
- Figura 14 – Fatores atitudinais, institucionais e ambientais que predizem o uso da força. Coeficientes padronizados, 89
- Figura 15 – Grupo da bolsa e do iPad, 95
- Figura 16 – Grupo da arma e das drogas, 96
- Figura 17 – Segunda pesquisa experimental. Condição 1, 103
- Figura 18 – Segunda pesquisa experimental. Condição 2, 104

- Tabela 1 – Escolaridade dos policiais, 25
- Tabela 2 – Nível de escolaridade para pessoas com 25 anos ou mais. População em geral e policiais militares, 26
- Tabela 3 – Exposição à violência e à criminalidade durante a infância e a adolescência, 28
- Tabela 4 – Distribuição dos policiais por unidades, 30
- Tabela 5 – Distribuição dos policiais por função, 34
- Tabela 6 – Número de policiais que foram premiados com recompensas e bonificações, pelo tipo de recompensa, 35
- Tabela 7 – Proporção de policiais que frequentemente encontram um tipo de incidente em suas rotinas de trabalho, 37
- Tabela 8 – Exposição ao crime por tipo de ambiente criminal, 38
- Tabela 9 – Percentual de policiais com sintomas de estresse, 40
- Tabela 10 – Como você avalia o treinamento inicial da polícia?, 42
- Tabela 11 – Você já recebeu algum treinamento para o uso das seguintes armas?, 43
- Tabela 12 – Quanto você está satisfeito com seu trabalho?, 44
- Tabela 13 – Por favor, diga-me como você se sente em relação ao trabalho que desempenha na polícia, 48

Tabela 14 – Percentual de acordo e desacordo sobre os itens da escala de doutrina policial, 55

Tabela 15 – Média da escala de doutrina policial por tipo de unidade, 56

Tabela 16 – Modelo de regressão OLS de doutrina policial, 66

Tabela 17 – Escalas de acordo-desacordo sobre as UPPs, 71

Tabela 18 – Distribuição percentual da frequência em que os seguintes eventos ocorreram enquanto os policiais estavam em serviço nos últimos doze meses, 74

Tabela 19 – Média do índice de uso da força por unidade, 77

Tabela 20 – Descrição dos preditores usados na análise sobre uso da força, 78

Tabela 21 – Fatores associados ao uso da força letal através da regressão OLS, 82

Tabela 22 – Distribuição das respostas dos policiais ao primeiro experimento por unidade policial, 100

Tabela 23 – Modelos logit. Razões de chance estimadas para o primeiro experimento, 102

Tabela 24 – Distribuição das respostas dos policiais ao terceiro experimento por unidade policial, 108

Tabela 25 – Modelos logit. Razões de chance estimadas para o terceiro experimento, 109

Agradecimentos

Esta pesquisa não teria sido possível sem a colaboração e o apoio da Secretaria de Segurança e da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Essas instituições abriram generosamente as portas para que nossa equipe aplicasse os questionários que fundamentam este estudo. Agradecemos, em particular, a José Mariano Beltrame, secretário de Segurança Pública do Rio, e ao coronel Paulo Henrique, comandante geral de operações da PMERJ no período em que iniciamos a pesquisa.

Juliana Barroso e a sua equipe da Seseg, particularmente Terine Husek Coelho e Márcio Santos, deram um suporte essencial ao nosso trabalho.

A pesquisa na Polícia Militar não se realizaria sem o apoio logístico do major Alexandre Leite.

Vanessa Melo tornou viável a colaboração institucional entre a Seseg, a PMERJ e a equipe de pesquisa da Universidade de Stanford. Vanessa também teve papel destacado no desenho dos instrumentos de pesquisa.

Somos gratos à equipe do Laboratório de Análise da Violência da Uerj, particularmente a Thais Lemos Duarte e Vinicius Gentil, que realizaram o trabalho de campo extremamente desafiador – envolvendo muitos batalhões e unidades em um momento de grande tensão no Rio – de coletar

questionários com mais de cinco mil policiais da área metropolitana do Rio de Janeiro.

Agradecemos a Brenda Jarillo, por seu inestimável suporte na análise dos dados.

E, finalmente, agradecemos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento pelo apoio financeiro.

Nota

A pesquisa que deu origem a este livro contou com o trabalho das seguintes pessoas e instituições:

COORDENAÇÃO GERAL

Beatriz Magaloni

Ignacio Cano

EQUIPE DE PESQUISA

Program on Poverty and Governance (PovGov/Universidade de Stanford)

Vanessa Melo (gerente de projetos)

Brenda Jarillo (assessora técnica)

Laboratório de Análise da Violência (LAV-Uerj)

João Trajano Sento-Sé

Thais Lemos Duarte

EQUIPE DE CAMPO

COORDENADORES DE CAMPO

Thais Lemos Duarte

Vinicius Gentil

PESQUISADORES DE CAMPO

Anastacia Cristina dos Santos

Fábio Henrique Ramos

Fernanda Novaes Cruz

Luana Perrota
Ramon Chaves
Tiago Magaldi
Thiago Cordeiro
Tatiana Guimarães
Marcella Magalhães
Eduardo Ramos
Barbara de Sá
Kryssia Ettl
Marcele Frossard
Isabele Anjos

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

Major Alexandre Leite (PMERJ)
Capitão Luiz Augusto Vieira (PMERJ)
Terine Husek Coelho (Secretaria de Segurança Pública - RJ)
Márcio Santos (Secretaria de Segurança Pública - RJ)

Introdução

O uso da violência letal tem sido historicamente muito elevado no estado do Rio de Janeiro, com uma taxa de homicídios que atingiu um pico de aproximadamente oitenta por cem mil habitantes, em meados da década de 1990. Desde então, as taxas de homicídio declinaram, mas ainda se mantêm em níveis muito elevados.

A violência se concentrava tipicamente em algumas áreas da região metropolitana da cidade, como as zonas norte e oeste, bem como em algumas favelas. Essas favelas são, em geral, dominadas por grupos ligados ao tráfico de drogas (Zaluar, 1994; Rafael, 1998) e, mais recentemente, por milicianos (policiais corruptos), que coagem os moradores locais e impõem as regras que governam a vida cotidiana (Cano; Duarte, 2012).

As causas desses altos índices de homicídios e insegurança são, por um lado, a disputa territorial desses diferentes grupos criminosos entre si e contra a polícia e, por outro, o fato de as ações policiais serem inspiradas no paradigma da “guerra ao crime”, resultando em repetidas invasões, com alto poder de fogo, às favelas, em curtos espaços de tempo. Essa estratégia militarizada das forças policiais costuma gerar consequências semelhantes às da disputa territorial entre as facções criminosas: mortes e insegurança. Em 2007, da-

dos oficiais do Instituto de Segurança Pública (ISP) reconheceram a ocorrência de mais de 1.300 vítimas fatais por intervenções policiais no estado do Rio, uma cifra que excede o total de homicídios de muitos países. A maioria desses casos ocorre em favelas e em lugares próximos a elas.

Adicionalmente, a polícia é frequentemente acusada de cometer violações aos direitos humanos, incluindo tortura e execuções sumárias (UN Human Rights Council, 2009). De fato, a relação entre as comunidades pobres e a polícia é tão tensa que algumas pesquisas mostram que moradores de favelas temem mais a polícia que as facções criminosas.

Entretanto, desde 2008, novas políticas parecem ter contribuído para uma redução significativa do uso da força letal pela polícia. Duas das principais políticas que produziram esse impacto serão brevemente descritas aqui.

A primeira é a introdução das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Após uma experiência-piloto na favela Santa Marta, em dezembro de 2008, as UPPs foram lançadas em 2009. Essas unidades funcionam da seguinte forma: um grupo de policiais se estabelece permanentemente em determinada comunidade com vistas a recuperar o controle do território (antes exercido por grupos criminosos) e acabar com os confrontos armados. A entrada ou “invasão” policial nas comunidades é realizada, na maioria das vezes, pelo Batalhão de Operações Especiais (Bope), mas, no caso específico das UPPs, vem acompanhada de um alerta prévio e de uma força avassaladora, no intuito de evitar uma resistência armada desde o primeiro momento. Após o período inicial de “estabilização”, a comunidade é entregue aos policiais das UPPs, recentemente recrutados para diminuir a corrupção e promover um novo paradigma de segurança. Esses policiais são, teoricamente, treinados em um novo modelo de policiamento inspirado pela “proximidade” e pelo “policiamento comunitário”, e se espera deles que melhorem o relacionamento da polícia com a comunidade.

As principais metas do projeto são: (a) retomar o controle de territórios anteriormente dominados por grupos criminosos armados; (b) melhorar a segurança e garantir a paz nas comunidades por meio da redução de confrontos armados e da violência letal. Para além dessas metas, as UPPs foram vistas por muitos, tanto de dentro quanto de fora da polícia, como uma chance de abandonar o modelo dominante de policiamento no Rio de Janeiro pautado na “guerra às drogas”. Com efeito, os documentos oficiais do projeto prescrevem o conceito de “policiamento de proximidade”, isto é, um estilo de policiamento que visa a uma aproximação com a comunidade.

Avaliações iniciais (Cano; Borges; Ribeiro, 2014) revelaram que a introdução das UPPs reduziu consideravelmente as mortes violentas e os roubos dentro das comunidades e em seus arredores, até uma distância de 1.500 metros além do perímetro de cada favela. Por outro lado, os registros de grande parte dos crimes não letais (furtos, assaltos, estupros, etc.) aumentaram, provavelmente em função de dois fatores centrais: (a) uma redução na subnotificação de crimes (não denunciados), já que cidadãos locais não só podem reportar os crimes aos policiais sem medo de sofrer represálias de grupos armados, mas também são levados para as delegacias pela Polícia Militar para registrar as denúncias; (b) o aumento de alguns crimes não letais como resultado da ausência do “chefe do tráfico” ou de figuras similares que brutalmente puniam autores de crimes menores.

Uma segunda mudança de política pública se refere às premiações por desempenho policial, através do programa do Sistema de Metas, implantado em 2009. O governo paga um bônus aos policiais que reduzem basicamente três indicadores: (a) homicídios e outras mortes violentas, incluindo homicídios cometidos por policiais; (b) roubos de carros; (c) roubos de rua. Essa política, sem dúvida, impactou o comportamento policial e reduziu o uso da força em todas as unidades da

Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), não somente nas UPPs. Esse novo sistema de incentivos contrasta fortemente com a controversa política de “premiação por bravura”, implementada entre 1995 e 1998, que recompensava policiais envolvidos em confrontos letais (Cano, 1997).

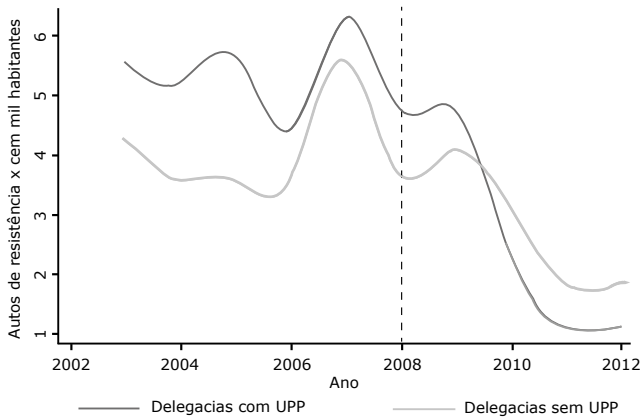
A queda no número de homicídios cometidos pela polícia sugere que ambas as políticas têm tido um papel na redução da violência letal perpetrada pela PMERJ. A figura 1 mostra a evolução de mortes ocasionadas em intervenções policiais nas circunscrições de delegacias que abrangem as UPPs, em comparação com delegacias sem UPPs. Como se pode observar, a taxa média anual de homicídios cometidos por policiais para cada cem mil habitantes em áreas que receberam UPPs foi maior antes de 2008 (ano em que essa política começou). Após a introdução das UPPs, essa tendência foi invertida e, atualmente, áreas com UPPs apresentam taxas menores em comparação a áreas onde as UPPs não foram implementadas.

Dois conclusões podem ser extraídas da figura 1: (a) as UPPs foram instaladas em áreas onde a ação policial era tradicionalmente mais letal; (b) ocorreu uma importante redução de homicídios cometidos por policiais tanto em áreas com UPPs quanto em áreas sem UPPs. O Sistema de Metas, provavelmente, ocasionou essa redução nos homicídios cometidos pela polícia também em áreas sem UPPs.

Apesar dos avanços, permanecem grandes desafios para efetivar um processo de reforma policial.

Serão abordados nesse estudo três fatores relevantes à discussão sobre o uso letal da força policial.

Um deles diz respeito à legitimidade interna do projeto das UPPs, isto é, ao grau de apoio e de sustentabilidade a partir da visão dos policiais. Várias pesquisas têm mostrado que muitos policiais de UPP gostariam de atuar em outros setores da corporação, pois, entre outras razões, não estão convencidos de que o novo projeto encarna um “policiamen-to real” (Cesec, 2011; Lemgruber et al., 2013).

**FIGURA 1**

Taxa de mortes cometidas por intervenções policiais por cem mil habitantes, segundo delegacias com e sem UPPs

Fonte: Cálculos realizados por Franco, Magaloni e Melo (2015) com base em dados do ISP.

Além disso, as UPPs apresentam um custo¹ elevado demais para serem estendidas a todos os territórios, de modo que foram percebidas, desde o início, como uma estratégia seletiva. Desde 2008, 38 UPPs foram implantadas, e o programa dificilmente será aplicado às centenas de favelas da cidade em um futuro próximo. Infelizmente, há um duplo padrão na PMERJ, pois ao mesmo tempo em que se busca promover o “policiamento de proximidade” em algumas favelas, o estado mantém as táticas e a mentalidade tradicionais nos batalhões policiais regulares e em outras unidades especiais.

Outro desafio para o processo de reforma é a desconfiança da polícia profundamente enraizada entre os moradores das favelas. Essa desconfiança é fruto de várias décadas de interações problemáticas, talvez agravadas por recentes escândalos de violência policial, incluindo o de Amarildo dos Santos, desaparecido e morto em julho de 2013, após ter sido

1 Cano, Borges e Ribeiro (2014) estimaram, com base nas treze primeiras UPPs, que o número de policiais para cada mil habitantes de comunidades em que há UPP é oito ou nove vezes maior que o presente em outras áreas do estado.

detido e torturado por policiais da UPP da Rocinha. A desconfiança da polícia também é agravada pelo fato de o estado não ter aumentado de maneira significativa os investimentos em políticas sociais, como educação, saúde e outros serviços públicos, em todas as “favelas pacificadas”.

Dentro do contexto anteriormente descrito, o objetivo do presente estudo é compreender de maneira mais aprofundada os determinantes do uso da força policial, tanto no nível individual quanto no nível da unidade policial. Um questionário foi aplicado a uma amostra de policiais da região metropolitana do Rio de Janeiro, como forma de apurar as formas de uso da força, as características individuais dos policiais, os tipos de unidades a que pertencem ou a que foram destinados, suas atitudes e percepções a respeito do uso da força e outras dimensões correlatas.

As seguintes dimensões foram apontadas como possíveis determinantes do uso da força:

- a. perfil sociodemográfico;
- b. experiência individual e trajetória pessoal;
- c. unidade a que o policial é destinado e tipo de trabalho que desempenha;
- d. ambiente institucional;
- e. atitudes em relação ao uso da força, policiamento e dimensões relacionadas;
- f. contexto criminal enfrentado pelos policiais nas circunscrições de sua unidade.

Em última instância, espera-se que um melhor entendimento dos fatores que condicionam o uso da força policial possa ajudar a desenvolver políticas preventivas com o objetivo de reduzir esse uso e diminuir a vitimização.

No período de janeiro a março de 2014, um questionário autoaplicado foi proposto a uma amostra representativa de policiais da região metropolitana do Rio de Janeiro. Esse trabalho teria sido inviável sem a cooperação ativa da Secretaria de Segurança Pública e do Estado-Maior da PMERJ,

que determinaram que os questionários fossem preenchidos por todos os membros da corporação e convocaram encontros com comandantes locais para sensibilizá-los a colaborar com a pesquisa.² Além disso, a Secretaria de Segurança e a PMERJ organizaram a complicada e necessária operação logística para garantir que todas as unidades policiais fossem abrangidas pelo estudo, de forma a permitir uma cobertura universal e, ao mesmo tempo, minimizar o impacto da pesquisa nas atividades de patrulhamento.

Um mínimo de 20% do efetivo de todas as unidades policiais da região metropolitana foi pesquisado, incluindo os batalhões de área (territoriais) e as unidades especializadas, tais como as forças de operações especiais e as UPPs. Houve um esforço para incorporar tanto os policiais que atuavam na parte administrativa das unidades (atividade-meio) quanto os policiais que trabalhavam no patrulhamento (atividade-fim).

Para aplicar o questionário, um grupo de pesquisadores foi a cada unidade policial no momento da troca de turno do efetivo para maximizar o número de policiais que poderiam responder à pesquisa antes de saírem para o patrulhamento ou imediatamente após o seu retorno. Apesar de o comando da PMERJ cooperar com a realização da pesquisa, que foi apresentada como um estudo interno da corporação, os pesquisadores encontraram resistências em algumas unidades e falta de coordenação em outras, de forma que, com frequência, foi preciso visitar uma unidade mais de uma vez. Os questionários foram autoaplicados na presença dos pesquisadores, que resolviam dúvidas eventuais, coletavam esses

2 A participação na pesquisa era voluntária, apesar de os pesquisadores sabermos que os policiais foram ordenados por seus superiores a colaborar. Por isso, quando os policiais se mostravam relutantes em preencher o questionário, os pesquisadores os instruíam a entregá-lo com as páginas interiores em branco para não gerar represálias.

instrumentos e garantiam o anonimato dos respondentes. O preenchimento do questionário durava em média 45 minutos e ele costumava ser aplicado em áreas públicas das unidades, como os refeitórios.³

Um total de 5.167 questionários foram preenchidos. Destes, apenas 34 corresponderam a posições hierárquicas iguais ou superiores à de capitão.⁴ Dessa maneira, os policiais de alta patente foram descartados do banco de dados e a amostra se limitou a 5.133 policiais, que pertenciam às seguintes patentes: soldado, cabo, sargento, subtenente e tenente. O tamanho da amostra corresponderia a um erro de 1,3% para variáveis dicotômicas, considerando um nível de significância de 0,05 e assumindo uma amostragem aleatória simples.

Além das questões fechadas e das escalas, o questionário incluiu algumas perguntas experimentais, ou seja, diferentes versões do questionário foram apresentadas aos respondentes com vistas a testar o impacto de palavras e/ou de informações específicas nas respostas. De fato, havia duas versões do questionário, cada qual com formulações diferentes em quatro questões. Os questionários pares correspondiam à versão “a” e os ímpares à versão “b”. Aparentemente, nenhum respondente detectou que havia mais de uma versão do instrumento.

3 Vários pesquisadores relataram que a resistência de alguns policiais a participar da pesquisa pode ter ocasionado respostas descuidadas ou aleatórias, o que poderia incrementar o erro de mensuração.

4 Aparentemente, os oficiais de alta patente interpretaram que a sua função era garantir que os policiais de posições hierárquicas mais baixas respondessem ao questionário e não que eles deveriam também fazê-lo.

Perfil da Polícia Militar do Rio de Janeiro

Neste capítulo, será apresentado um breve sumário das características dos policiais que participaram da pesquisa como forma de fornecer um panorama da composição da força policial em todas as dimensões relevantes para o estudo. Os capítulos seguintes tentarão modelar o uso da força policial e as atitudes relacionadas a ele, e mostrarão o impacto das variações experimentais incorporadas no questionário.

Variáveis sociodemográficas

De todos os policiais entrevistados, a grande maioria (93%) era homem e apenas uma pequena proporção era de mulheres (6%). Em relação à raça ou etnia,¹ aproximadamente 49% se definiram como pardos, 36% como brancos, 13% como pretos e um pequeno número de casos como outras categorias. Essa distribuição racial é um pouco mais “escura” do que a população em geral. Assim, de acordo com o Censo populacional do IBGE de 2010, a composição racial do estado do Rio de Janeiro é de 47% de brancos, 39% de pardos e 12% de pretos. A inversão do peso relativo das categorias de

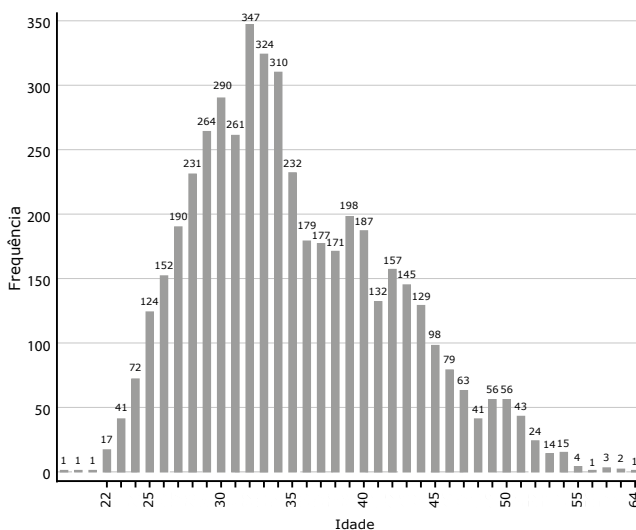
1 O termo atualmente utilizado nos relatórios oficiais do Brasil é “cor”, apesar de as categorias existentes serem uma mistura de cor e etnia.

“brancos” e “pardos” na população e na força policial sugere que os agentes de polícia tendem a ser de origem social relativamente menos privilegiada (ou seja, de pele mais escura).

Para o processo de modelagem, a variável raça ou etnia será recodificada em “branco” (que juntará “branco” e “amarelo”, ou seja, asiático) e “não branco” (que incluirá “preto”, “pardo” e “indígena”). Essa categorização está de acordo com estudos sobre raça no Brasil que separam os grupos segundo critérios sociológicos: privilegiados *versus* não privilegiados.

Os policiais tendem a ser relativamente jovens, como indica a figura 2 a seguir. A maioria deles tem idade em torno dos 30 anos, e a média etária é de 35. As descontinuidades observadas na figura estão provavelmente relacionadas à ampla variação no número de policiais que ingressam na corporação a cada ano (por exemplo, em alguns anos, o governo não tem recursos para abrir novas vagas, enquanto em outros há uma massiva entrada de policiais para atender a projetos de policiamento específicos, como as UPPs).

FIGURA 2
 Histograma:
 idade dos policiais*



* Um total de trezentos respondentes (5,8%) não respondeu sobre seu ano de nascimento e, dessa maneira, não fazem parte da figura

Os policiais tendem a se declarar como católicos (37%) ou evangélicos (33%), sendo que apenas 9% disseram pertencer a outras religiões. Outros 20% se declararam “sem religião”. A maioria destes (95%) disse acreditar em Deus, apesar de não ter religião. O percentual de pessoas sem religião é maior do que o observado na população em geral (16%).² Em relação à participação em cerimônias religiosas, 31% dos policiais disseram frequentá-las ao menos uma vez por semana e 55% ao menos uma vez ao mês. Somente 12% afirmaram que nunca participam.

Dois terços dos entrevistados são casados ou vivem com um(a) companheiro(a). Essa mesma proporção tem ao menos um filho. Somente 10% dos respondentes têm pai ou mãe que tenha sido ou ainda seja policial. Esse resultado é inferior ao esperado, considerando a frequência com que membros de uma mesma família tendem, em geral, a seguir essas profissões.

O nível de escolaridade é baixo. Atualmente, o candidato, para ser policial, deve ter completado, ao menos, o ensino médio, mas alguns anos atrás o ensino primário era suficiente. Cerca da metade dos entrevistados completaram só o ensino médio e quase 40% chegaram à universidade, ainda que a maioria não tenha concluído o curso até então. Somente 2,5% iniciaram uma pós-graduação (ver tabela 1).

TABELA 1 – Escolaridade dos policiais

Nível educacional	Frequência	Percentual
Ensino fundamental (completo)	152	3,0
Ensino médio (incompleto)	170	3,4
Ensino médio (completo)	2.663	52,8
Universidade (incompleta)	1.345	26,7
Universidade (completa)	588	11,7
Pós-graduação (completa ou incompleta)	125	2,5
Total	5.043	100,0

2 Segundo o Censo populacional de 2010 (IBGE).

Na tabela 2, foram comparados os níveis de escolaridade dos policiais com os da população em geral, utilizando os dados do Censo 2010 para o estado do Rio de Janeiro. Com vistas a maximizar a comparação, a distribuição por idade da amostra dos policiais se restringiu a pessoas com 25 anos ou mais (que é a referência para os dados do Censo) e as categorias educacionais foram recodificadas de acordo com as do Censo.

A comparação revela que, quanto ao nível educacional, há uma ampla maioria que completou somente o ensino médio. Considerando que os policiais, já há alguns anos, não podem entrar na corporação sem terem concluído o ensino médio, o nível educacional não é particularmente alto. A proporção daqueles com o nível universitário é similar à do restante da população (14%), apesar de os critérios de entrada na corporação serem bem mais restritivos. Assim, a categoria de maior frequência na população, o ensino fundamental incompleto, nem sequer existe na polícia.

**TABELA 2 – Nível de escolaridade para pessoas com 25 anos ou mais.
População em geral e policiais militares**

	Censo 2010		Policiais	
	Frequência	%	Frequência	%
Sem escolaridade e ensino fundamental incompleto	3.807.398	38,1	0	0,0
Ensino fundamental completo e ensino médio incompleto	1.735.282	17,4	305	6,6
Ensino médio completo e ensino superior iniciado	3.023.446	30,2	3.675	79,0
Ensino superior completo	1.435.229	14,4	674	14,5
Total	10.001.355	100,0	4.654	100,0

Ainda que tenham ingressado na corporação relativamente novos (cerca de 80% entraram antes dos 30 anos de idade), a grande maioria dos policiais já tinha experiência laboral antes de trabalhar na instituição. Apenas 8% declararam que a Polícia Militar foi o seu primeiro emprego. De fato, ao redor de dois terços dos entrevistados (65%) tinham tido um trabalho formal com inscrição no INSS.

Trajetória individual

Do total de entrevistados, 16% mencionaram que cresceram em favelas. Essa pergunta foi realizada com vistas a compreender os possíveis efeitos sobre a exposição à violência e outras dimensões relacionadas a esse fato.

Com efeito, uma série de itens questionou a exposição a eventos específicos relacionados a crime e violência durante a infância e a adolescência. Os resultados estão resumidos na tabela 3. Mesmo que não tenhamos dados comparáveis para a população em geral, podemos concluir que os níveis de exposição dos policiais a crimes violentos e à violência armada durante a infância e a adolescência são relativamente altos. Isso é particularmente impactante quando se considera a violência letal. Nesse sentido, 18% presenciaram um homicídio, 32% tiveram uma pessoa próxima assassinada, 25% escutavam constantemente tiros e 20% tinham medo de ser mortos.

A exposição à violência na infância e na adolescência foi mensurada principalmente porque poderia influenciar o uso real da força ou as atitudes relativas a ele na vida profissional, conforme será explorado adiante. Para essas questões, expostas na tabela 3, duas escalas foram criadas. A primeira, relacionada à exposição individual à violência criminal, corresponde a uma média dos seguintes itens: “foi ameaçado por um criminoso armado”, “sofreu um assalto violento na rua”, “presenciou um homicídio”, “ouvia barulho de tiros constantemente” e “teve medo de ser assassinado”. O alfa de

Cronbach dessa escala foi 0,66, o que não é muito alto, mas ainda assim considerável se pensarmos que os itens são dicotômicos e em pequeno número.

A segunda escala, relacionada à exposição à violência criminal no círculo de relações imediatas, corresponde a uma média dos seguintes itens: “algum membro da família sofreu um assalto violento”, “teve familiares ou amigos presos” e “teve familiares ou amigos mortos por um criminoso”. O alfa de Cronbach dessa escala foi baixo, 0,54, pois contém apenas três itens.

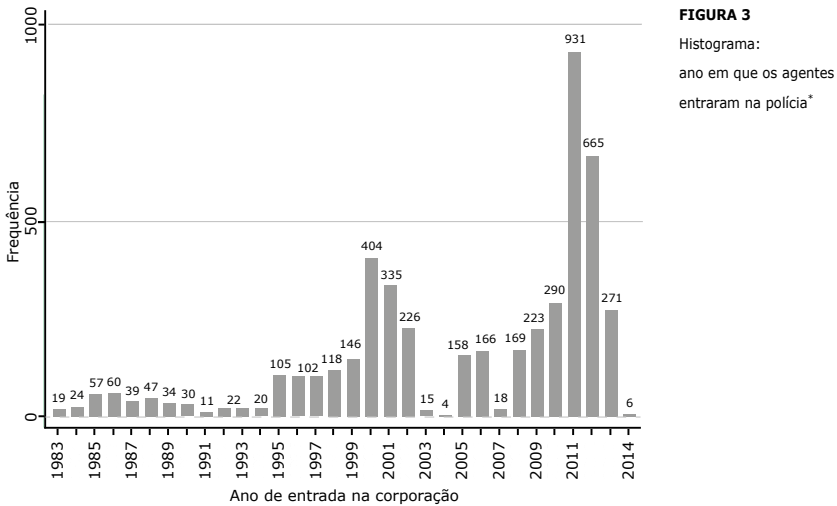
TABELA 3 – Exposição à violência e à criminalidade durante a infância e a adolescência

Quando você era criança ou adolescente, você passou por alguma dessas situações?	Percentual de respostas afirmativas
A. Apanhou de outras crianças e adolescentes	36,0
B. Foi ameaçado por um criminoso armado	23,6
C. Sofreu um assalto violento na rua	25,9
D. Presenciou um homicídio	17,7
E. Teve a casa invadida por um criminoso	12,1
F. O seu pai/mãe era alcoólatra	13,0
G. Ouvia barulho de tiros constantemente	24,9
H. Teve medo de ser assassinado	19,7
I. Algum membro da família sofreu um assalto violento	33,5
J. Teve familiares ou amigos presos	27,4
K. Teve familiares ou amigos mortos por um criminoso	32,1
L. Teve familiares ou amigos envolvidos com drogas	42,9
M. Foi espancado pelo seu pai/mãe	6,6

Perfil organizacional

Como já se disse, os policiais não são recrutados regularmente todo ano. Em alguns anos, há uma entrada massiva de novos recrutas, enquanto, em outros, devido a restrições orçamentárias ou considerações políticas ou institucionais, nenhuma vaga é aberta. O ano de entrada é uma variável relevante, já que pode mensurar o “efeito da coorte”, tal como o impacto de certo tipo de treinamento ou o clima institucional aos quais os policiais foram submetidos.

A figura 3 indica o ano em que os policiais ingressaram na corporação. Muitos entrevistados entraram em dois períodos: ao final dos anos 1990 e entre 2008 e 2013. Há um forte pico entre 2011 e 2012, relacionado ao recrutamento para o projeto das UPPs, que necessitou de uma considerável expansão das tropas. Nesse sentido, há alguma colinearidade entre ano de entrada, idade e tipos de trabalho policial – especialmente ser parte das UPPs –, que não são independentes um do outro.



* Um total de 294 respondentes (5,7% do total) não responderam a essa questão e, portanto, foi retirado da figura. O período anterior a 1983 recebeu frequência igual à desse ano, com vistas a evitar uma dispersão muito longa.

Outra maneira de trabalhar com a variável “ano de entrada” seria a partir de uma recodificação conforme o governo que estava no poder no momento do ingresso na carreira (ver figura 4). Levando em consideração que todo governo pode exercer alguma influência em várias dimensões (doutrina, clima institucional, etc.), isso poderia gerar algum efeito em algumas das variáveis dependentes. Tal como mencionado, nota-se que uma fração significativa dos policiais entrou na corporação durante o governo mais recente, ao longo dos últimos anos, resultado, ao menos em parte, da expansão das UPPs.

Os entrevistados pertenciam a 66 unidades policiais que podem ser agrupadas em vários setores: batalhões de área territoriais, UPPs e batalhões especializados (ver tabela 4). No último grupo, duas unidades foram separadas, pois a natureza de seus trabalhos está fortemente pautada pelo uso da força: Choque (controle de distúrbios) e Bope (unidade de operações especiais). O Bope em particular tem passado a representar a tradicional política de confrontos armados contra traficantes de drogas em favelas, tanto do ponto de vista físico quanto simbólico.³

TABELA 4 – Distribuição dos policiais por unidades

	Frequência	Percentual
Batalhões territoriais	2.621	51,1
UPPs	1.887	36,8
Bope (Operações especiais)	87	1,7
Choque (Controle de tumultos)	281	5,5
Outros batalhões especializados	257	5,0
Total	5.133	100,0

3 A esse respeito, o lançamento de dois filmes, intitulados *Tropa de Elite 1 e 2*, baseados nesse batalhão, contribuiu para a sua reputação como uma unidade “da pesada”.

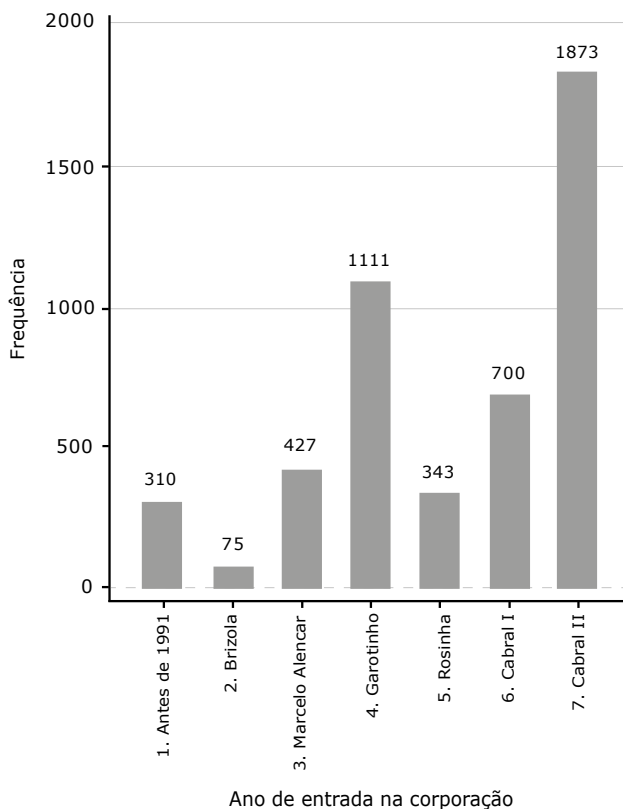


FIGURA 4
 Histograma:
 distribuição dos policiais de
 acordo com o governo
 que estava no poder
 no ano de entrada
 na corporação

Desse modo, aproximadamente a metade da amostra é originária de batalhões territoriais, enquanto cerca de um terço integra as UPPs. Considerando que a pesquisa abrangeu o mínimo de 20% do efetivo de cada unidade, essa distribuição se aproxima do conjunto da força policial geral da região metropolitana do Rio de Janeiro. Em relação ao estado do Rio de Janeiro, os resultados seriam bastante diferentes, pois não existem UPPs fora da região metropolitana. De igual maneira, os batalhões especializados estão localizados na capital.

Perguntou-se aos policiais quais os tipos de unidades em que trabalharam no passado. Assim, 54% já tinham atuado em batalhões territoriais, 36% em UPPs, 2% no Bope, 13% no Choque e 10% em outros batalhões especializados. Essas respostas possibilitaram isolar quem já tinha trabalhado em um tipo de unidade no passado, mas atuava em outra naquele momento. Isso permite testar o impacto de ter sido membro de certo tipo de unidade, ou seja, do possível efeito “educacional” ou de “socialização” da unidade sobre o uso real da força e sobre atitudes relacionadas.

Outro item relevante perguntava o número de unidades em que cada policial tinha atuado. A maioria trabalhou em uma, duas ou três unidades, mas alguns tinham trabalhado em um grande número delas (ver figura 5).⁴

Esse resultado poderia ser interpretado de várias maneiras: como uma experiência mais ampla na polícia ou como fruto de transferências devido a problemas disciplinares ou de outro tipo. Independentemente da interpretação final, essa dimensão pode ter um impacto potencial sobre algumas das questões centrais desse estudo.

A distribuição dos policiais em relação às suas posições hierárquicas⁵ está exposta na figura 6. Em suma, cerca de metade da amostra são soldados, pouco mais de 30% são sargentos, aproximadamente 12% são cabos e há apenas alguns tenentes e subtenentes.

4 O valor zero pode ser devido a um erro ou, alternativamente, a uma circunstância excepcional em que o policial está trabalhando em uma unidade sem ter sido formalmente lotado nela.

5 Vale lembrar que foram eliminados da amostra os raros policiais de alta patente, uma vez que os resultados não seriam representativos desse grupo.

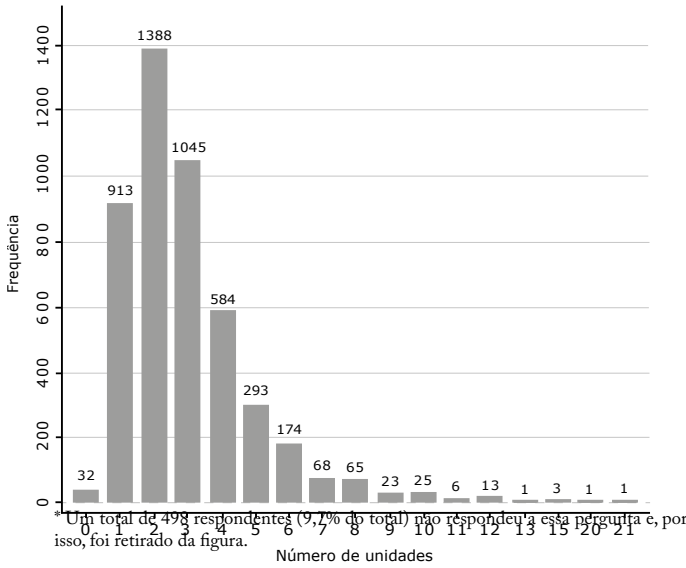


FIGURA 5
Histograma:
número de unidades em
que cada policial foi
lotado durante a carreira⁶

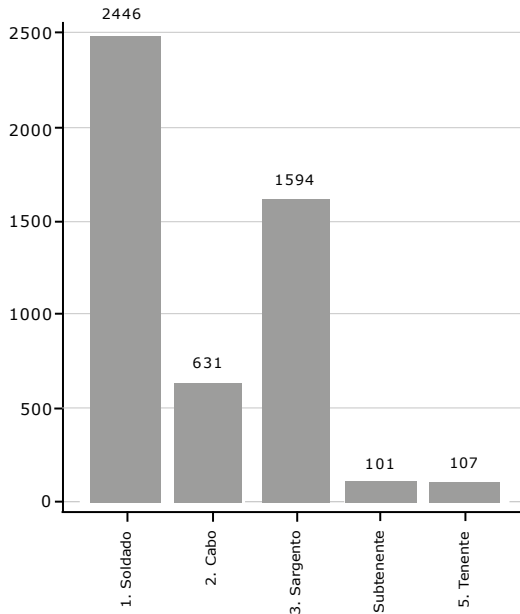


FIGURA 6
Histograma:
distribuição dos policiais
por patente

Obviamente, um elemento com grande efeito potencial sobre o uso da força e, em menor medida, sobre atitudes re-

lacionadas a esse uso é o tipo de função exercida por cada policial. As funções foram agrupadas em amplas categorias expostas na tabela 5. A princípio, os grupos táticos poderiam ser os mais sujeitos a usar a força em detrimento de policiais engajados em atividades de patrulhamento. No outro extremo, os grupos designados a tarefas administrativas são os menos propensos a utilizar a força.

TABELA 5 – Distribuição dos policiais por função

	Frequência	Percentual
Patrulhamento a pé	964	19,5
Patrulhamento em veículo	1.440	29,1
Grupos táticos	563	11,4
Policial de trânsito	69	1,4
Policciamento especializado	432	8,7
Funções administrativas	550	11,1
Outros	929	18,8
Total	4.947	100,0

Outro elemento importante associado ao uso da força é o tipo de recompensa ou bônus auferidos pelo policial ao longo de sua trajetória profissional. Assim, um dos itens do questionário perguntou se os policiais tinham recebido em algum momento uma série de incentivos. Alguns se referiam a cursos de treinamento que oferecem bônus financeiro aos policiais participantes. Outros incentivos diziam respeito ao desempenho policial, como o Sistema de Metas, apresentado anteriormente. Ele foi introduzido pelo governo do Rio de Janeiro em 2009 com vistas a pagar um bônus aos policiais que reduzirem três tipos de crimes: a) homicídios e outras mortes violentas; b) roubos de carro; c) roubos de rua. Por outro lado, unidades especializadas tendem a oferecer um bônus para atrair seus integrantes. Por último, mas não menos importante, houve a controversa política que recompensou

policiais envolvidos em tiroteios fatais (premiação por bravura) entre 1995 e 1998. O impacto dessa política aumentou de maneira significativa o número de mortes e também de vários índices de uso excessivo da força (Cano, 1997). Apesar de essa política ter sido interrompida em 1998, os agentes que receberam os bônus ganharam nos tribunais o direito de ter essa recompensa incorporada ao salário permanentemente.

A tabela 6 indica que a metade da corporação já recebeu recompensas por redução da criminalidade, bem como que 40% ganharam bônus do governo federal como estímulo para participar de cursos de treinamento. Um total de 15% recebeu um bônus por trabalhar em unidades especializadas.

TABELA 6 – Número de policiais que foram premiados com recompensas e bonificações, pelo tipo de recompensa

Tipo de recompensa	Número de policiais	Percentual
Recompensa pelo Sistema de Metas	2.680	56,7
Premiação por bravura (participação em tiroteios)	74	1,6
Promoção para uma patente mais alta por bravura (participação em tiroteios)	40	0,9
Promoção de patente por desempenho (diferente de bravura)	125	2,7
Bônus por curso de treinamento (governo federal)	1.886	39,9
Bônus por curso de treinamento (outros)	790	16,7
Pagamento de bônus por trabalho em unidade especializada	726	15,4
Outros bônus/recompensas	304	6,0

A proporção de policiais que diz ter recebido a premiação por bravura é bastante pequena, 2%. Como há evidências de que essa recompensa foi concedida a milhares de policiais,

tal número pode ser o resultado de dois fatores: a) muitos daqueles que obtiveram essa premiação já podem ter abandonado a corporação; b) alguns entrevistados podem ter escondido o fato de terem recebido a bonificação.

Uma questão diferente, mas relacionada ao assunto, diz respeito a promoções para uma patente superior: 44% dos policiais declararam que foram promovidos por tempo de serviço e apenas 2% por desempenho, o que reflete os princípios de promoção nas organizações militares. Cerca de um terço da amostra (35%) disse nunca ter sido promovido.

Contexto criminal

A fim de compreender melhor o contexto em que a polícia do Rio de Janeiro opera, foi elaborada uma bateria de perguntas sobre a frequência com que cada policial se depara com incidentes específicos em sua rotina profissional. Alguns desses incidentes se referem a crimes e outros a contravenções ou a pequenos conflitos, mas a princípio todos deveriam gerar um reporte policial (boletim de ocorrência) com o registro do fato. O questionário lançou mão dos títulos usados pela polícia para tipificar os boletins, já que os policiais possuem familiaridade com essa classificação. As respostas possíveis incluíam as categorias “frequentemente”, “às vezes”, “raramente” e “nunca”.

A tabela 7 apresenta a proporção de policiais que responderam “frequentemente” para cada tipo de evento, o que fornece uma ideia aproximada do tipo de contexto em que esses agentes da lei trabalham.

A maioria dos incidentes está relacionada a pequenos conflitos interpessoais ou a drogas, tanto posse quanto tráfico. A violência, no entanto, é comum, pois 45% frequentemente lidam com roubos, e um quarto da amostra encara confrontos armados. Os casos de homicídios também não são raros.

TABELA 7 – Proporção de policiais que frequentemente encontram um tipo de incidente em suas rotinas de trabalho

Tipo de incidente	Percentual
Perturbação do sossego	62,4
Posse e uso de drogas	60,4
Tráfico de drogas	52,8
Violência doméstica	49,8
Rixa, vias de fato	47,4
Roubo	44,5
Furto	43,2
Ocorrência de trânsito	37,3
Desacato/desobediência	36,0
Confronto armado	24,3
Apreensão de armas de fogo	22,4
Homicídio	17,1
Violência sexual	8,5

A seguir, a tabela 8 mostra os valores médios para a amostra total e para cada unidade policial, tratando a variável ordinal como se fosse escalar. Os crimes relacionados a drogas são significativamente mais comuns no Bope: por exemplo, o tráfico de drogas tem média extremamente alta (3,9), sendo o valor mais alto de todas as unidades e próximo ao máximo absoluto. Por outro lado, as apreensões de armas e os homicídios também mostram valores mais elevados no Bope, 3,8 e 3,2, respectivamente.

Por sua vez, os policiais das UPPs registraram o mais alto nível de abuso de desacato/desobediência e de violência doméstica (3,3 e 3,4). Finalmente, furto e roubo são mais frequentes em batalhões de área, com um valor médio de 3,4 para ambos os crimes, mais elevado do que a média e do que as outras unidades.

TABELA 8 – Exposição ao crime por tipo de ambiente criminal

Valores médios						
	Amostra completa	Batalhões de área	UPP	Bope	Choque	Outras unidades especializadas*
Tráfico de drogas	3,3	3,2	3,4	3,9	3,4	2,7
Apreensão de armas de fogo	2,7	2,9	2,4	3,8	3,1	2,4
Homicídio	2,5	2,8	2,1	3,2	2,5	1,9
Perturbação do sossego	3,4	3,5	3,6	2,2	2,5	2,4
Violência doméstica	3,2	3,3	3,4	2,1	2,2	1,8
Desacato/desobediência	3,1	2,9	3,3	2,6	3,0	2,8
Rixa, vias de fato	3,2	3,3	3,3	2,1	2,4	2,2
Confronto armado	2,6	2,7	2,5	3,8	3,1	2,2
Roubo	3,1	3,4	2,8	3,0	3,1	2,6
Furto	3,1	3,4	2,8	2,7	3,1	2,6
Violência sexual	2,2	2,4	2,1	2,0	2,0	1,7
Ocorrência de trânsito	2,9	3,3	2,7	1,8	2,2	2,1
Posse e uso de drogas	3,4	3,3	3,6	3,6	3,4	2,8

Respostas possíveis: 1 - nunca; 2 - raramente; 3 - às vezes; 4 - frequentemente

* As outras unidades especializadas incluem: Batalhão de Policiamento de Grandes Eventos (BPGE), Batalhão de Ação com Cães (BAC), Polícia Turística e Grupamento Aéreo Marítimo (GAM).

Usando a técnica estatística de análise de componentes principais, explorou-se a possibilidade de agregar os diferentes tipos de eventos criminais. Foi criado um índice relativo ao tipo de ambiente criminal relacionado à violência vinculada às drogas. Esse índice é uma média de três tipos de incidentes: tráfico de drogas, homicídios e apreensão de armas. O alfa de Cronbach para esse índice é 0,83, muito alto para um índice com apenas três itens. Esse é também o tipo de ambiente associado ao estilo de policiamento da “guerra às drogas”.

Estresse

O estresse é uma dimensão clássica na literatura sobre o uso da força, pois pode induzir o policial a aumentar seus níveis de força durante o trabalho. Por outro lado, a exposição à violência durante a rotina diária pode gerar estresse. Em suma, o estresse pode ser tanto uma causa quanto uma consequência do uso da força.

O questionário incluiu uma bateria de questões sobre a frequência de sintomas de estresse, a maioria relacionada a sintomas físicos e emocionais. As respostas possíveis incluíram as categorias “frequentemente”, “às vezes”, “raramente” e “nunca”. As duas primeiras estão apresentadas na tabela 9.

Não é possível comparar esses dados com os da população em geral, mas, sem dúvida, os policiais estão sujeitos a consideráveis níveis de estresse. Metade dos entrevistados apresentou alguma dificuldade para dormir. De fato, o número médio de horas de sono é de apenas 6,2, e 30% dormem menos de 6 horas por dia. A maioria dos policiais costuma experimentar sentimentos de angústia e raiva. De igual maneira, a maioria afirmou ter medo de perder seus familiares e sentir-se desanimada, pelo menos em algumas ocasiões. Considerando sintomas mais sérios, 23% disseram

ter dificuldades para respirar ou sentem dor no peito, e 7% têm pensamentos suicidas.

TABELA 9 – Percentual de policiais com sintomas de estresse

Quantas vezes você...?	Frequentemente	Às vezes
Tem insônia	21,9	30,9
Fica angustiado	20,6	35,6
Tem vontade de chorar	9,6	20,8
Se sente sozinho	10,6	20,3
Fica com raiva	18,8	35,5
Fica com dor no peito/falta de ar	8,0	15,0
Fica deprimido	8,7	15,7
Pensa em acabar com a sua própria vida	3,3	4,1
Fica sem paciência com as pessoas/ prefere estar sozinho	12,8	23,8
Tem medo de perder a família	27,4	27,8
Fica desanimado	20,3	35,6

Uma escala única de estresse foi criada como uma média de todos os sintomas (1 = sim/0 = não), de modo que pudesse ser usada para testar sua relação com variáveis dependentes relevantes. O alfa de Cronbach para essa escala é igual a 0,91, ou seja, bastante elevado, apesar de os itens serem só dicotômicos. Como previsto, existe uma correlação positiva e significativa, ainda que não tão alta, entre o índice da escala de estresse e o índice da exposição individual à violência criminal durante a infância e adolescência: 0,23.⁶ Como se esperava, a correlação é menor quando considerado o índice de exposição à violência criminal dentro do círculo imediato (família e amigos): 0,18.⁷

6 P < 0,001

7 P < 0,001

Aproximadamente um terço da amostra foi atendido por um psicólogo, principalmente o psicólogo da polícia (24%), embora alguns tenham consultado um psicólogo de fora da instituição (5%) ou ambos (2%).

Uma das fontes mais óbvias de estresse, mas não a única, é a exposição à violência armada. Dessa forma, um terço dos policiais viu um colega ser baleado. Em relação ao medo de morrer, apenas 15% admitiram sentir muito medo, 52% disseram sentir pouco medo e 26% relataram não sentir medo algum. Contudo, não é possível avaliar até que ponto esse medo está sendo reprimido no discurso dos entrevistados.

Outra possível fonte de estresse podem ser as longas horas de trabalho. De fato, ao se questionar o número de horas trabalhadas por semana para a corporação policial, encontrou-se uma média de 49 horas. A resposta mais comum é de 48 horas (o valor da moda). Existe também uma fração de 25%, entre aqueles que deram uma resposta válida, que declararam trabalhar mais de 48 horas por semana. Se adicionarmos essa jornada à média de 27 horas por semana declarada pelos policiais em relação ao tempo trabalhado fora da corporação, o resultado é de uma jornada de trabalho realmente muito longa.⁸

Treinamento

O questionário incluiu um bloco de questões sobre treinamento. Primeiro, os entrevistados foram convidados a avaliar

⁸ Esses resultados, no entanto, devem ser considerados com cuidado. Algumas pessoas deram respostas que excedem 96 horas e, em alguns casos, 168 horas, o que seria impossível. Valores superiores a 96 foram descartados para o cálculo da média e para a análise da distribuição. Além disso, a adição de horas trabalhadas dentro e fora da polícia produz cifras inclusive menos críveis em alguns casos. Então, é possível que alguns entrevistados tenham interpretado erroneamente a questão no sentido da média de horas trabalhadas por mês (em vez de por semana) ou de alguma outra possibilidade. De qualquer forma, os dados parecem indicar uma longa jornada de trabalho.

a qualidade do treinamento inicial, na época em que foram recrutados para a corporação policial. De forma geral, apenas 29% se mostraram satisfeitos. Outros 37% disseram ter sido “razoável” e 34% se mostraram insatisfeitos (ver tabela 10).

Adicionalmente, os policiais foram questionados até que ponto o treinamento inicial foi adequado ao trabalho: apenas 11% mencionaram que foi completamente adequado, 62% apenas parcialmente e 18% afirmaram que não foi nada adequado.

TABELA 10 – Como você avalia o treinamento inicial da polícia?

	Frequência	Percentual
Muito bom	251	5,3
Bom	1.092	23,2
Razoável	1.747	37,2
Ruim	925	19,7
Muito ruim	682	14,5
Total	4.697	100,0

Em relação ao treinamento periódico e à atualização, apenas 22% participaram de algum tipo de treinamento ao longo dos últimos doze meses. De fato, o treinamento para o uso da força parece ser o mais comum, dado que 30% declararam ter realizado algum treinamento para essa finalidade durante o mesmo período. Nota-se certa contradição neste ponto, pois a incidência desse treinamento especializado parece ser maior do que quando comparado com as respostas fornecidas pelos policiais sobre qualquer forma de treinamento. Por outro lado, 11% admitiram terem sido treinados para o uso da força nos últimos cinco anos, mas não no último ano, enquanto 8% afirmaram nunca ter participado de tal atividade. Apenas 45% reconheceram ter recebido alguma vez esse tipo de treina-

mento após terem saído da academia de polícia. Talvez parte das contradições possa ser explicada pelo fato de que alguns entrevistados tenham incluído no conceito de treinamento sobre “uso da força” a prática de tiro e outros não.

Algumas perguntas mais específicas questionaram se o policial alguma vez recebeu treinamento em relação a um conjunto específico de armamentos: letais e não letais ou menos letais. Conforme indicam os resultados da tabela 11, os treinamentos com pistolas e metralhadoras são quase universais, enquanto a tonfa e o bastão também são amplamente objeto de treinamento.

TABELA 11 – Você já recebeu algum treinamento para o uso das seguintes armas?

	Percentual
Pistola elétrica (taser)	53,4
Tonfa	71,1
Espargidor de pimenta	62,4
Arma com munição de borracha (elastômero)	41,8
Bomba de gás lacrimogêneo	58,0
Bastão	83,0
Bomba de efeito moral	55,3
Fuzil	90,9
Pistola ou revólver	95,4

Pouco mais da metade da tropa afirmou que recebeu treinamento sobre taser, espargidor de gás de pimenta e bomba de gás lacrimogêneo. Menos comum, mas, ainda assim, objeto constante de treinamento, são as armas de bala de borracha, utilizadas principalmente como um item antidistúrbios.

Satisfação com o trabalho e clima institucional

Inicialmente, os policiais foram questionados diretamente sobre o grau de satisfação com o seu trabalho (ver tabela 12). Mais de 40% se mostraram satisfeitos, 30% se declararam insatisfeitos e 26% assumiram uma posição intermediária. Em outras palavras, cerca da metade da força policial não está feliz com o seu trabalho.

Se essa variável for transformada em uma escala de um a cinco (com cinco significando “plenamente satisfeito” e um significando “plenamente insatisfeito”), observa-se que os policiais do Bope são os mais satisfeitos, seguidos pelos policiais do Choque e de outras unidades especializadas (ver figura 7). Os policiais dos batalhões de área, seguidos pelos policiais das UPPs, são os menos satisfeitos.⁹

TABELA 12 – Quanto você está satisfeito com seu trabalho?

	Frequência	Percentual
Muito satisfeito	401	8,6
Satisfeito	1.676	36,0
Nem satisfeito nem insatisfeito	1.198	25,7
Um pouco insatisfeito	898	19,3
Muito insatisfeito	481	10,3
Total	4.654	100,0

⁹ As diferenças são estatisticamente significativas ($F = 15,23$; $g.l. = 4$; $p < 0,001$).

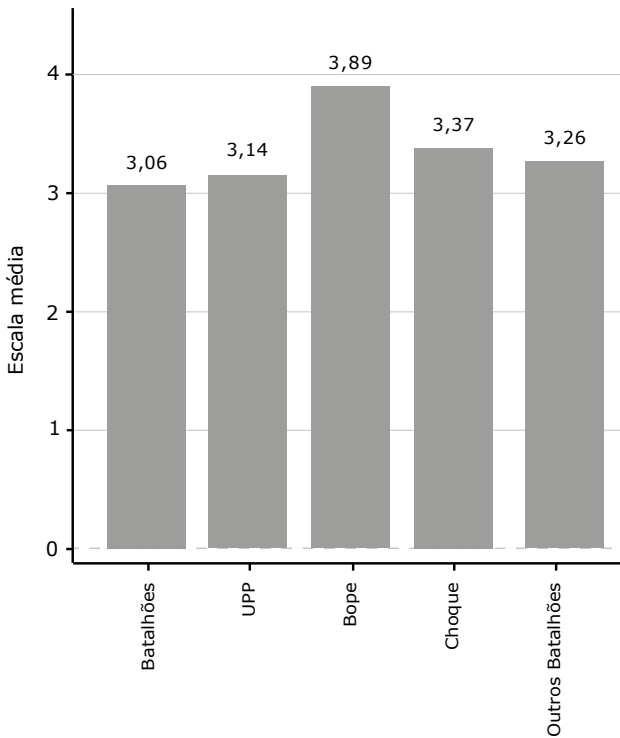


FIGURA 7
 Histograma:
 média de satisfação*
 no trabalho por tipo
 de unidade

* 1 = muito insatisfeito; 5 = muito satisfeito

A satisfação com o trabalho pode ser afetada por diferentes dimensões, dentre as quais, como já indicado, a exposição a níveis altos de violência e a longa jornada de trabalho. Um elemento que também poderia gerar impactos nessa dimensão se refere ao fato de os policiais exercerem ou não suas atividades onde gostariam efetivamente de trabalhar.

Um dos itens do questionário indagou aos entrevistados sobre o tipo de unidade onde gostariam de atuar, caso pudessem escolher. As respostas incluíram os tipos mencionados anteriormente: batalhões territoriais de área, UPP, Bope, Choque, outros batalhões especializados e uma categoria residual (“outro”). Ao todo, apenas 39% disseram trabalhar no tipo de unidade que realmente desejam.

Entretanto, o grau de superposição entre as preferências pessoais e o trabalho efetivamente realizado varia muito de uma unidade para outra, como pode ser visto na figura 8, que apresenta o percentual de policiais que escolheriam cada tipo de unidade, caso pudessem, de acordo com o tipo de unidade onde trabalham atualmente.

De fato, aqueles mais satisfeitos são os policiais do Bope, que quase sempre querem ficar onde estão (98%). Torna-se importante ressaltar que esses policiais participaram de um difícil processo de seleção, com um treinamento especializado em que, ao final, apenas cerca de 4% dos aspirantes são aceitos.¹⁰ Portanto, o Bope é uma pequena unidade de “elite” na PMERJ. Em seguida, dois terços dos oficiais da unidade do Choque também querem permanecer onde estão. Esse batalhão também é especializado, mas com um tamanho consideravelmente maior do que o Bope e, portanto, com um processo de seleção presumivelmente não tão restritivo. Nos batalhões tradicionais, por volta de 61% se mostraram satisfeitos com o tipo de unidade onde atualmente trabalham.

Os menos satisfeitos são os policiais que atuam nas UPPs, sendo que apenas 19% gostariam de permanecer nelas. Em outras palavras, tais policiais não escolheram integrar essas unidades e as abandonariam se pudessem. Adicionalmente, 32% gostariam de ir para batalhões tradicionais e 21% deles optariam por ir ao Bope, a maior proporção de qualquer outro grupo, exceto o do próprio Bope. Esses dados indicam que os policiais das UPPs gostariam de retornar ao estilo de policiamento mais tradicional e de confronto em vez de permanecerem nas UPPs.

10 De acordo com entrevista feita por Magaloni com o subcomandante do Bope em 2012.

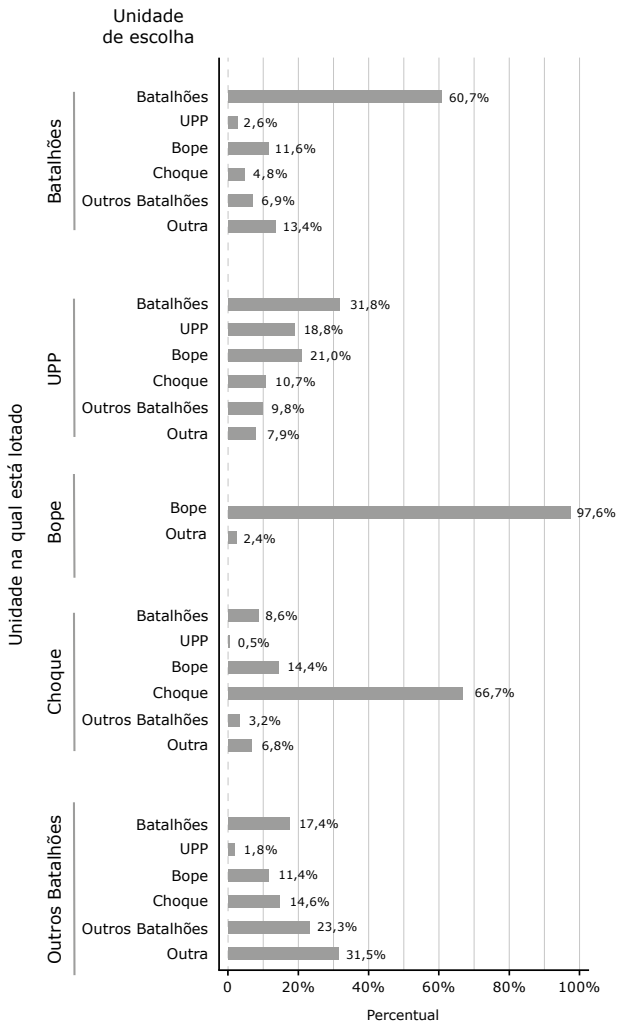


FIGURA 8
 Percentual de policiais que escolheriam cada tipo de unidade, de acordo com o tipo de unidade onde trabalham atualmente

Outra dimensão relacionada à satisfação no trabalho se refere ao orgulho que os policiais possuem em relação ao seu trabalho. Essa questão tinha quatro possíveis respostas, variando entre “muito orgulhoso” e “nada orgulhoso”. Os resultados podem ser vistos na tabela a seguir.

TABELA 13 – Por favor, diga-me como você se sente em relação ao trabalho que desempenha na polícia

	Frequência	Percentual
1 Muito orgulhoso	1.320	27,6
2 Orgulhoso	1.846	38,7
3 Pouco orgulhoso	1.078	22,6
4 Nada orgulhoso	530	11,1
Total	4.774	100,0

Como esperado, há uma associação estreita entre orgulho e satisfação no trabalho, de modo que aqueles que sentem muito orgulho do trabalho desempenhado têm uma média de 3,76 na escala de satisfação indicada acima, enquanto os nada orgulhosos têm uma média de apenas 1,97.¹¹ De igual maneira, a distribuição de sentimento de orgulho por tipo de unidade espelha a satisfação com o trabalho, com o Bope obtendo o primeiro lugar e os batalhões convencionais, o último.

Uma série de questões dizia respeito ao clima institucional. Muitas delas refletiam a mesma oposição entre o grupo de policiais satisfeitos com o seu trabalho e o grupo significativo de policiais insatisfeitos. Assim, enquanto 33% concordaram que os policiais de suas unidades “se sentem respeitados por seus superiores”, 31% discordaram dessa afirmação.

11 Essa diferença é fortemente significativa: $F = 551,1$; g.l. = 3 & 4527; $p < 0,001$).

A percepção sobre a falta de reconhecimento pelo trabalho exercido é generalizada, pois somente 30% concordaram com a afirmação de que os agentes “são premiados e reconhecidos adequadamente por desempenhar o seu dever”, contra 42% que discordaram dessa afirmação. Além disso, havia um item no questionário diferente e complementar que expressava uma ideia oposta: “Em sua unidade, não há procedimentos adequados para recompensar policiais que cumprem o seu dever”: 39% dos policiais concordaram com essa frase enquanto apenas 29% discordaram.

Outra subdimensão do clima institucional refere-se à *disciplina e aos procedimentos disciplinares*. Para tanto, um bloco de questões perguntou se o entrevistado temia ser detido ou preso devido a uma série de acontecimentos. Assim, 76% responderam que tinham medo de ser presos por algum erro cometido por um colega, 62% como resultado dos seus próprios erros no trabalho, 69% por causa de falsas acusações, 62% temiam ser presos por perseguição e 70% por ferir algum inocente. Essa última resposta é muito reveladora em relação à intensidade e à natureza do uso da força letal por parte da polícia, uma vez que uma clara maioria tem medo de que a força possa vitimar pessoas inocentes. Por outro lado, 40% disseram ter medo de ser presos por cumprir o seu dever como policial. Em outras palavras, uma significativa fração da polícia acredita que o desempenho de suas funções pode ser perigoso, havendo uma contradição entre as obrigações e o sistema disciplinar vigente.

Um conjunto separado de questões indagou sobre a experiência direta do policial com o sistema disciplinar da corporação. Na amostra, 16% conheciam um colega de equipe ou guarnição investigado por conduta ilegal. Também foi indagado se os policiais conheciam colegas expulsos da corporação por má conduta. Apenas 49% responderam a essa questão, mas, entre os respondentes, 78% conheciam pelo

menos um policial que havia sido expulso e 48% conheciam mais de dois.

Até 44% dos entrevistados afirmaram que receberam uma advertência ou punição consideradas injustas. Apenas 7% admitiram ter denunciado um colega por abuso de autoridade. De fato, não se esperava uma alta frequência de respostas positivas sobre acusações contra colegas, mesmo se eles atuarem ilegalmente, pois dentro da polícia esse comportamento é considerado por muitos como um ato de traição à confiança mútua e é moralmente reprovado. A literatura cunhou o termo “solidariedade na transgressão” para se referir a esse fenômeno (Cano; Lemgruber; Musumeci, 2003). Por outro lado, 3,2% confessaram ter visto outro policial matar alguém desarmado, isto é, cometer uma execução sumária. Infelizmente, não é possível estimar a prevalência real dessas execuções com exatidão, considerando que muitos entrevistados podem ter decidido não relatar um evento como esse em sua resposta.

Em suma, a PMERJ parece se defrontar com problemas disciplinares significativos, conforme indica o número de expulsões. Além disso, o sistema disciplinar parece carecer de legitimidade interna, pois os policiais temem inclusive ser punidos por “fazer a coisa certa”.

No que tange às *prioridades institucionais*, um item do questionário indagou se a prioridade da sua unidade era a apreensão de drogas ou armas. A maioria (51%) concordou com essa afirmação e só 28% discordaram. Esse dado sugere que os objetivos e os procedimentos relacionados à tradicional doutrina da “guerra às drogas” podem ainda estar muito presentes na polícia hoje, a despeito da chegada das UPPs.

Adicionalmente, a afirmativa, no questionário, de que os policiais eram recompensados com folga por apreenderem drogas obteve como resposta 46% de concordância e apenas

29% de discordância,¹² reforçando o ponto anterior. Em outras palavras, a visão institucional da polícia parece estar focada na luta contra as drogas como objetivo central. Esse incentivo, contudo, não é constante em todos os tipos de unidades, sendo a diferença entre eles estatisticamente significativa.¹³ Em contrapartida, ao contrário do previsto, essa ênfase parece ser mais intensa nas UPPs do que nos batalhões de área e do que em qualquer outro tipo de unidade (60% dos entrevistados das UPPs “concordaram” ou “concordaram totalmente” com essa afirmação, comparados com 46% nos batalhões de área e com 51% no conjunto da amostra).

12 Mais de 16% declararam que “não concordavam nem discordavam” e 10% não responderam a essa questão.

13 Chi-quadrado = 104,94; g.l. = 8; $p < 0,001$.

Doutrina policial e valores relacionados ao uso da força

Mensurando a doutrina policial e os valores sobre o uso da força

Um grupo de itens do questionário referia-se à visão dos entrevistados sobre policiamento e sobre doutrina de policiamento, incluindo questões como proximidade com a comunidade, respeito aos direitos humanos e proclividade a usar a força. Especificamente, foram criadas escalas de acordo-de-sacordo relacionadas a cada uma das seguintes afirmações:

- a. a proximidade com a comunidade distrai a polícia de seu objetivo principal que é combater os criminosos;
- b. os direitos humanos com frequência se tornam um obstáculo para combater o crime;
- c. os moradores da favela geralmente são pessoas perigosas e associadas ao crime;
- d. a polícia do Rio de Janeiro seria mais eficiente se usasse mais força;
- e. bandido bom é bandido morto;
- f. a proximidade com a comunidade é uma boa estratégia para combater o crime com menos violência.

Para cada um desses itens foram oferecidas ao entrevistado as seguintes opções de resposta: “concordo totalmente”, “concordo”, “nem concordo nem discordo”, “discordo” e “dis-

cordo totalmente”. Os principais resultados se encontram na tabela 14.

De fato, existe ampla variação na visão dos policiais sobre princípios de policiamento. A maioria dos profissionais tende a ser favorável à aproximação da polícia com a comunidade e rejeitam uma visão negativa sobre os moradores de favelas, mas também consideram os direitos humanos como um impedimento ao combate à criminalidade.

De forma geral, podemos conceber um *continuum* sobre como o policiamento é interpretado pelos membros da instituição. Em um extremo, teríamos a concepção tradicional de policiamento percebida como um enfrentamento armado contra criminosos, enquanto se considera que os direitos humanos são um obstáculo para sua tarefa. Em última análise, essa visão pode ser resumida pela ideia de “guerra contra o crime”. No outro extremo, o policiamento é percebido como um trabalho que precisa de um estreitamento de laços com a comunidade e do respeito aos direitos humanos. Podemos chamar essa percepção de “policiamento de proximidade”, sem a pretensão de definir tal doutrina em detalhe, apenas como uma visão geral de um serviço policial mais orientado para os cidadãos e mais respeitador de direitos.

A fim de mensurar esse *continuum*, foi computada uma escala média dos seis itens mencionados anteriormente. Valores de zero a quatro foram atribuídos a cada uma das perguntas e, após estas serem codificadas na mesma direção, foi calculada uma média para se formar uma escala final. Nessa escala, zero significaria que o policial é plenamente identificado com a percepção sobre “policiamento de proximidade” (proximidade com a comunidade e respeito aos direitos humanos). Por outro lado, quatro indicaria uma plena adesão à visão mais voltada ao confronto, identificada com a “guerra contra o crime” (distanciamento da comunidade, desrespeito aos direitos humanos e alta adesão ao uso da força). Uma análise fatorial exploratória confirmou que todos os seis itens

TABELA 14 – Percentual de acordo e desacordo sobre os itens da escala de doutrina policial

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
A proximidade com a comunidade distrai a polícia de seu objetivo principal que é combater os criminosos.	9,6	13,8	15,5	40,8	20,2
Os direitos humanos com frequência se tornam um obstáculo para combater o crime.	46,6	29,9	9,9	9,3	4,3
Os moradores da favela geralmente são pessoas perigosas e associadas ao crime.	4,8	8,7	16,9	44,7	24,8
A polícia do Rio de Janeiro seria mais eficiente se usasse mais força.	11,5	15,1	24,5	38,8	10,1
Bandido bom é bandido morto.	25,7	17,0	23,5	24,2	9,6
A proximidade com a comunidade é uma boa estratégia para combater o crime com menos violência.	22,4	42,7	18,4	11,6	4,9

saturam em um mesmo fator e o coeficiente alfa de Cronbach alcança 0,71, valor razoável para um conjunto pequeno de itens.

O histograma a seguir (figura 9) mostra que a distribuição da escala é aproximadamente normal, com muitos policiais em posições intermediárias e poucos em posições extremas. A média para a totalidade da amostra é de 1,87, próxima ao ponto médio da escala.

Os valores médios para cada unidade mostram que elas não são muito diferentes uma das outras em termos da doutrina preconizada por seus policiais, embora as diferenças sejam estatisticamente significativas.¹ Surpreendentemente, os policiais de UPP não estão mais inclinados ao policiamento de proximidade e aos direitos humanos do que os demais policiais, a despeito do fato de fazerem parte de um projeto que foi concebido precisamente nessa linha.²

TABELA 15 – Média da escala*
de doutrina policial por tipo de unidade

Tipo de unidade	N	Média	Desvio padrão
Batalhão territorial	2.536	1,8	0,74
UPP	1.854	2,0	0,77
Bope	85	1,9	0,69
Choque	260	1,8	0,73
Outro	253	1,7	0,72
Total	4.988	1,9	0,76

* 0 = “policiamento de proximidade”; 4 = “guerra contra o crime”

1 $F = 21,67$; g.l. = 4 & 4983; $p < 0,001$.

2 De fato, as UPPs são significativamente menos inclinadas ao policiamento de proximidade do que algumas das outras unidades. Mas essa diferença, tal como será explicado no modelo multivariado, se torna não significativa após outros fatores serem controlados. Em outras palavras, a diferença de atitudes poderia ser explicada tanto pela diferença de idade, pois os policiais de UPP são mais jovens, quanto por alguma outra variável de composição.

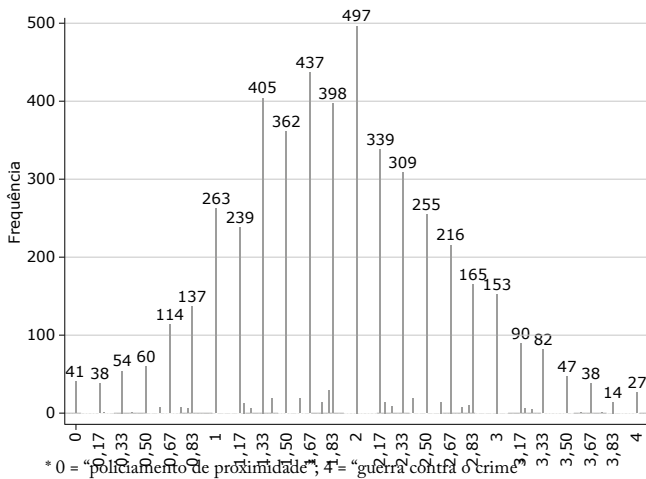


FIGURA 9

Histograma:
escala de doutrina
policial*

Fatores associados à doutrina policial e valores sobre o uso da força

Como forma de testar os fatores que poderiam influenciar as crenças individuais relacionadas à doutrina policial, a escala foi submetida a um modelo linear através do OLS (regressão de mínimos quadrados). As variáveis independentes incluíram variáveis sociodemográficas e o histórico pessoal, bem como elementos institucionais e organizacionais. Todas essas dimensões que podem exercer influência em atitudes individuais e crenças serão usadas para compor o modelo final. As variáveis serão inseridas no modelo em blocos, de acordo com as áreas substantivas tais como indicadas anteriormente (sociodemográficas, etc.). Um alfa de 0,05 será usado para determinar a significância estatística.

Em seguida, serão considerados alguns outros elementos que podem envolver algum grau de endogeneidade. Em outras palavras, esses fatores adicionais poderiam ser concebidos tanto como causa quanto como consequência da doutrina. Esses elementos incluem estresse e algumas variáveis institucionais. O estresse, por exemplo, poderia estimular uma

abordagem mais voltada ao confronto, ao passo que os policiais que defendem o uso mais intenso da força podem estar submetidos a mais estresse. Em resumo, para diminuir problemas de interpretação, esses possíveis fatores endógenos serão contemplados apenas após a construção do modelo final.

Diversas variáveis originais foram recodificadas, com algumas categorias fundidas em uma só, com vistas a simplificar o modelo e destacar as categorias individuais que faziam uma clara diferença em relação à variável dependente. Inicialmente, foram incluídas as variáveis sociodemográficas no modelo. As seguintes variáveis foram consideradas:

- a. sexo (0 - mulher; 1 - homem);
- b. raça/cor (0 - brancos e “amarelos”; 1 - pretos, pardos e indígenas);
- c. idade (em anos, como uma variável contínua);
- d. escolaridade (1 - pós-graduação; 0 - todos os outros níveis de escolaridade);
- e. religião (1 - aqueles que declararam não ter religião, tanto se acreditavam em Deus ou não; 0 - aqueles que disseram ser afiliados a qualquer religião);
- f. presença em cerimônias religiosas (1 - diária, que é a categoria omitida; 2 - uma vez por semana; 3 - uma vez ao mês; 4 - uma vez a cada seis meses; 5 - uma vez por ano; 6 - nunca);
- g. tem filhos (0 - não; 1 - sim).

Os parâmetros do modelo, que podem ser observados na tabela 16 (modelo 1), apresentam os seguintes resultados:

- a. os policiais jovens são mais propensos à ideia de policiamento da “guerra contra o crime”. Esse parece ser o efeito mais forte;
- b. os policiais com pós-graduação tendem a ser mais favoráveis à abordagem do “policiamento de proximidade”;

- c. a religião parece não ter efeito, mas uma maior presença em cerimônias religiosas está correlacionada com o “policiamento de proximidade” e o respeito aos direitos humanos;
- d. os brancos e os policiais com filhos parecem estar levemente mais inclinados à abordagem da “guerra contra o crime”. Esse último resultado é contrário ao que havia sido predito, pois a hipótese era a de que ter filhos tornaria os policiais menos propensos à violência;
- e. o sexo não apresenta nenhum efeito na doutrina policial, a despeito da predominância masculina no uso da força, conforme será apresentado no próximo capítulo.

Em segundo lugar, foram introduzidas variáveis sobre o histórico individual da seguinte maneira:

- a. escala de exposição individual à violência criminal durante a infância e adolescência, como explicado no capítulo “Perfil da Polícia Militar do Rio de Janeiro”;
- b. escala da exposição de amigos e parentes à violência criminal durante a infância e adolescência do policial, também como apresentado anteriormente;
- c. se o policial foi criado em favela ou não (0 – não; 1 – sim);
- d. se o policial apanhou dos pais durante a infância ou adolescência (0 – não; 1 – sim).

O sumário dos resultados desse segundo modelo (incorporando as variáveis sociodemográficas e de histórico pessoal), cujos detalhes podem ser analisados na tabela 16 (modelo 2), é o seguinte:

- a. as variáveis sociodemográficas mantêm os resultados anteriores;

- b. ter sido exposto à violência criminal durante a infância e adolescência impulsiona a abordagem policial da “guerra contra o crime”. A exposição de amigos ou parentes a essa mesma violência durante a infância e a adolescência do policial não é, contudo, significativa;
- c. ter apanhado dos pais durante a infância é levemente associado a uma abordagem policial mais violenta;
- d. ter sido criado em uma favela não tem efeito na doutrina policial.

O terceiro modelo inclui, além dos dois tipos de fatores já mencionados, elementos institucionais e organizacionais, a maioria relacionada a funções que cada policial desempenha e já desempenhou no passado. As variáveis relevantes contempladas no modelo são:

- a. tipo de unidade onde o policial está trabalhando (1 - batalhões de área, que é a categoria omitida; 3 - operações especiais/Bope; 4 - controle de distúrbios/Choque; 5 - outros batalhões especializados; 6 - UPPs);
- b. se o policial trabalhou previamente (e não está trabalhando atualmente) em algum dos tipos de unidades mencionados acima: batalhões de área, UPPs, etc. Cada um deles corresponde a uma variável nova, com valor zero no caso de o policial não ter trabalhado e valor um para o caso de ter trabalhado na unidade. Como a lotação atual é medida pela variável anterior, esse grupo de variáveis aborda exclusivamente o efeito da participação no passado;
- c. patente atual (1 - soldado, categoria omitida; 2 - cabo; 3 - sargento; 4 - subtenente e tenente);
- d. função exercida pelo policial (1- patrulhamento a pé, que é a categoria omitida; 2 - patrulhamento em veículo; 3 - grupo tático; 4 - polícia de trânsito; 5 - policiamento especializado; 7 - outros; 8 - funções administrativas);

- e. número de unidades em que o policial já foi lotado (variável contínua);
- f. se o policial recebeu a “premiação por bravura”, um bônus oferecido nos anos 1990 aos policiais envolvidos em incidentes que resultaram na morte de suspeitos (os códigos são 1 - não e 2 - sim). Essa variável tem algumas limitações. A primeira é que apenas 71 respondentes admitiram ter recebido essa premiação, ou seja, um número muito pequeno. A segunda é que essa premiação apenas foi concedida durante o governo de Marcelo Allencar. Portanto, os policiais que entraram na corporação após esse período não puderam receber esse tipo de premiação.

Os principais resultados desse terceiro modelo, que podem ser observados em detalhe na tabela 16 (modelo 3), são os seguintes:

- a. a raça e o fato de a pessoa ter apanhado dos pais durante a infância ou adolescência se tornaram fatores não significativos. Por outro lado, a exposição de amigos e parentes à violência criminal durante a infância e adolescência do policial atingiu significância estatística, tal que, quanto mais alta a exposição, maior a tendência para a doutrina de policiamento de “guerra contra o crime”;
- b. o tipo de unidade onde o policial trabalha aparentemente tem pouca influência sobre a percepção da doutrina. A única exceção se refere a “outras unidades especializadas”, cuja doutrina está mais inclinada à abordagem do policiamento de proximidade;
- c. ter trabalhado em outro tipo de unidade no passado não apresentou impacto na doutrina. Esse dado contrasta fortemente com os resultados sobre o uso da

- força real, que serão apresentados mais adiante, nos quais o tipo de unidade exerce um papel crucial;
- d. a patente parece ser relevante, pois os cabos, os sargentos e os tenentes aparentemente aderem menos ao estilo de policiamento violento do que os soldados. As funções policiais, por sua vez, parecem não ter nenhum efeito sobre a doutrina;
 - e. os policiais que tinham servido em um maior número de unidades tendem mais a apoiar o policiamento orientado à “guerra contra o crime”;
 - f. os policiais que receberam “premiação por bravura” não parecem ser diferentes dos demais.

Em suma, os policiais mais inclinados à “guerra contra o crime” poderiam ser caracterizados assim:

- a. jovens;
- b. relativamente menos educados;
- c. não participam de cerimônias religiosas;
- d. têm filhos;
- e. foram expostos a situações de violência criminal durante a infância e adolescência;
- f. pertencem a hierarquias mais baixas da corporação (soldados);
- g. trabalharam em um maior número de unidades.

Contrariamente, os policiais mais favoráveis ao “policiamento de proximidade” tendem a apresentar as seguintes características:

- a. mais velhos;
- b. apresentam relativamente um maior nível educacional, particularmente se realizaram algum curso de pós-graduação;
- c. participam ativamente de cerimônias religiosas;
- d. não têm filhos;

- e. foram relativamente menos expostos a situações de violência criminal durante a infância e a adolescência;
- f. são sargentos, cabos ou tenentes;
- g. trabalharam em um menor número de unidades.

Ao olhar os coeficientes, os fatores que parecem ter maior associação com a percepção da doutrina policial (ou seja, coeficientes maiores que 0,2³) são educação e participação em cerimônias religiosas.

Uma conclusão provisória que emerge desses resultados é que a visão das UPPs como um programa que poderia transformar a doutrina e os valores policiais em uma direção menos violenta e de maior proximidade com a comunidade não condiz com os resultados obtidos, já que os agentes que atuam nas UPPs estão tão inclinados à “guerra contra o crime” quanto o policial médio.

Finalmente, para ver como se comportam, foram incluídas no modelo algumas variáveis que potencialmente poderiam mostrar algum nível de endogeneidade (isto é, serem simultaneamente causa e efeito da doutrina). Em alguns casos, essa endogeneidade é evidente, na medida em que a variável pode ser claramente uma causa e uma consequência das atitudes em relação ao uso da força. O exemplo mais patente é o estresse: é possível compreender que viver sob estresse pode estimular uma abordagem policial mais violenta, mas, por outro lado, aderir a essa doutrina de “guerra contra o crime” pode também desencadear o estresse. Em outros casos, a endogeneidade não é tão óbvia. Por exemplo, a percepção sobre o respeito aos policiais por parte da comunidade ou da corporação e o orgulho em relação ao trabalho desempenhado podem estar associados ao apoio a certa doutrina policial.

3 Esse limite de 0,2 para o coeficiente foi considerado isoladamente quando a variável era categórica, ou utilizado após multiplicar o coeficiente pelo desvio padrão da variável, no caso de a variável ser escalar.

Contudo, não se sabe ao certo se um desses fatores é a causa dos outros ou se todos esses elementos são peças complementares de um sistema de atitudes e crenças.

No que tange à frequência percebida de confrontos armados na rotina profissional dos policiais, dado que a sua prevalência é medida pelas percepções dos agentes e não por outras fontes independentes (como, por exemplo, os registros policiais), é possível que aqueles mais identificados com a doutrina de “guerra contra o crime” estejam superestimando o número de episódios. Por outro lado, um contexto perigoso obviamente favorece uma maior disposição ao confronto dos profissionais de segurança pública.

Também foi incluído no modelo um indicador que registra se o policial foi em algum momento de sua vida testemunha direta do homicídio de outro policial. Essa é uma experiência extrema e potencialmente traumática, podendo induzir o policial a usar mais a força. Em contrapartida, as mortes de policiais serão mais prováveis em locais mais perigosos, de modo que essa variável pode também funcionar como uma medida indireta (proxy) dos ambientes profissionais marcados pela violência criminal.

Em suma, essas novas variáveis incluem:

- a. estresse, mensurado pela escala descrita na tabela 9;
- b. percepção dos policiais sobre o grau de respeito que a comunidade sente por eles, através da seguinte escala: 2 - “muito respeitado” ou “respeitado” (que é a categoria omitida); 3 - “nem respeitado nem desrespeitado”; 4 - “desrespeitado”; 5 - “muito desrespeitado”;
- c. percepção dos policiais sobre o grau de respeito da instituição em relação a eles, mensurada por uma escala de três pontos: 2 - “muito respeitado” ou “respeitado” (que é a categoria omitida); 3 - “nem respeitado nem desrespeitado”; 4 - “desrespeitado” ou “muito desrespeitado”;

- d. satisfação no trabalho, novamente mensurada por uma escala de três pontos: 2 - “muito satisfeito” ou “satisfeito” (que é a categoria omitida); 3 - “nem satisfeito nem insatisfeito”; 4 - “insatisfeito” ou “muito insatisfeito”;
- e. orgulho do seu trabalho, mensurado por uma escala de três pontos: 2 - “muito orgulhoso” ou “orgulhoso” (que é a categoria omitida); 3 - “pouco orgulhoso”; 4 - “nada orgulhoso”;
- f. percepção sobre a frequência de confrontos armados na rotina de trabalho, com os seguintes valores: 1 - “raramente” ou “nunca” (que é a categoria omitida); 2 - “às vezes”; 3 - “frequentemente”;
- g. se o policial testemunhou ou não o homicídio de um colega: 1 - “sim”; 2 - “não”.

Os resultados dessas variáveis adicionais, cujo modelo se encontra na tabela 16 (modelo 4), são bastante reveladores e podem ser resumidos da seguinte maneira:

- a. o estresse está positivamente associado ao modelo policial de “guerra contra o crime”, de modo que os policiais mais estressados tendem a ser mais favoráveis a essa abordagem enquanto os profissionais menos estressados são mais inclinados ao “policia-mento de proximidade”. Adicionalmente, quando essa variável é introduzida, a exposição à violência criminal durante a infância e a adolescência torna-se não sig-nificativa. Com isso, é possível interpretar que o im-pacto da violência no passado produz estresse e isso, por sua vez, promove a adesão a um estilo mais agres-sivo de policiamento;
- b. a percepção sobre o respeito da comunidade apresenta uma forte associação com a doutrina policial. Os po-liciais que se sentem desrespeitados e particularmente

TABELA 16 – Modelo de regressão OLS de doutrina policial[†]

Coefficientes estimados	1	2	3	4	5
Homem	0,0689	0,0473	0,007	-0,0506	-0,0374
Não branco	-0,0706**	-0,0699**	-0,0459	-0,0145	-0,0165
Idade (anos)	-0,0231***	-0,0233***	-0,0150***	-0,0116***	-0,0131***
Nível educacional de pós-graduação	-0,1840*	-0,2010**	-0,2892***	-0,2605**	-0,2653**
Sem religião	-0,0495	-0,0501	-0,0558	-0,0533	-0,0657
Nunca frequenta cultos religiosos	0,3179***	0,2902***	0,2788***	0,2287**	0,2423**
Frequenta cultos uma vez ao ano	0,2024**	0,1717**	0,1456*	0,1206	0,13
Frequenta cultos duas vezes ao ano	0,1525*	0,1280*	0,0863	0,0687	0,057
Frequenta cultos uma vez ao mês	0,1272*	0,0996	0,0793	0,0783	0,0724
Frequenta cultos semanalmente	0,0767	0,0534	0,0059	-0,0203	-0,0253
Tem filhos	0,0653*	0,0648*	0,0760*	0,0804**	0,0941**
Criado em favela		-0,0167	-0,047	-0,0621	-0,0658
Apanhou dos pais na infância		0,0963*	0,0658	0,0674	0,0669
Exposição à violência criminal na infância (índice)		0,1784***	0,1129*	-0,0554	-0,0482
Exposição de amigos/parentes à violência criminal na infância (índice)		0,0735	0,1081*	0,0449	0,0297
Trabalha em UPP			0,0293	0,0158	
Trabalha em outros batalhões			-0,1600*	-0,1081	
Trabalha no Choque			-0,0661	-0,1422	
Trabalha no Bope			0,0434	0,1875	
Já trabalhou em batalhões de área			0,0217	0,012	0,0124
Já trabalhou em UPP			0,034	0,0376	0,0213
Já trabalhou no Bope			0,1013	0,0376	-0,0562
Já trabalhou no Choque			-0,0577	-0,0454	-0,0234
Já trabalhou em outros batalhões			-0,0486	-0,0317	-0,014

Tenente/subtenente				-0,1834*	-0,1545	-0,1781
Sargento				-0,1934**	-0,2309***	-0,2594***
Cabo				-0,1188*	-0,2016***	-0,2269***
Funções administrativas				-0,1004	-0,0597	-0,0795
Outras funções				0,0017	0,0382	0,0432
Policimento especializado				0,0381	0,1051	0,0919
Policia de trânsito				0,0074	0,0857	0,0572
Grupos táticos				-0,0065	0,0414	0,0486
Radiopatrulha				0,0353	0,0353	0,0077
Número de unidades em que o policial trabalha				0,0284**	0,0145	0,0163
Recebeu premiação por bravura				0,0146	0,0314	0,0057
Sintomas de estresse (índice)					0,1156**	0,1209***
Sente-se muito desrespeitado pela comunidade					0,6003***	0,5971***
Sente-se desrespeitado pela comunidade					0,2950***	0,3077***
Sente-se muito respeitado nem desrespeitado pela comunidade					0,1445***	0,1527***
Sente-se muito desrespeitado/desrespeitado pela polícia					0,1887***	0,1919***
Sente-se nem respeitado nem desrespeitado pela polícia					0,1603***	0,1600***
Sente-se um pouco/totalmente insatisfeito com o trabalho					0,0324	0,0216
Sente-se nem satisfeito nem insatisfeito com o trabalho					0,1288***	0,1274***
Sente-se nada orgulhoso do trabalho					0,1678***	0,1820***
Sente-se pouco orgulhoso do trabalho					0,041	0,0425
Confrontos armados ocorrem frequentemente no trabalho					0,1940***	0,1671***
Confrontos armados ocorrem às vezes no trabalho					0,0713*	0,0634
Testemunhou o homicídio de um colega					0,0661*	0,0698*
Efeitos fixos por unidade policial	Não	Não	Não			Sim
Observações	4.512	4.246	3.276		2.778	2.778
R ² ajustado	0,051	0,057	0,074		0,223	0,239

† Os coeficientes estão padronizados. Significativo, com $\alpha = 0,005$. ** Significativo, com $\alpha = 0,01$. *** Significativo, com $\alpha = 0,001$.

aqueles que se sentem “muito desrespeitados” pela comunidade apoiam o modelo de “guerra contra o crime” de maneira mais enfática. Adicionalmente, a percepção dos policiais sobre o grau de respeito por parte da instituição em relação a eles também mostra uma correlação significativa com a doutrina policial na mesma direção, isto é, o desrespeito promove uma atitude mais agressiva;

- c. os policiais que não sentem orgulho do seu trabalho tendem a apoiar uma abordagem policial mais violenta. A satisfação no trabalho, por outro lado, produz um coeficiente significativo (de um total de três), mas esse coeficiente se refere ao valor intermediário (“nem satisfeito nem insatisfeito”), de forma que a sua interpretação é duvidosa;
- d. como previsto, os agentes da lei que declararam estar frequentemente envolvidos em confrontos armados em suas rotinas profissionais são mais favoráveis à “guerra contra o crime”. Além disso, os entrevistados que viram um policial ser assassinado estão levemente mais inclinados a usar a força;
- e. no que se refere às variáveis dos modelos anteriores, a introdução desse novo grupo de variáveis gerou pequenas mudanças nos resultados encontrados previamente. Assim, além da exposição à violência durante a infância, outras variáveis também se tornaram não significativas, como o número de unidades em que o policial trabalhou.

Finalmente, rodamos o mesmo modelo acima, mas incluímos um efeito fixo por unidade. Em outras palavras, esse último modelo controla a influência de cada unidade e seu possível impacto, tal como o efeito de socialização da unidade nos seus integrantes. No total, havia 66 unidades policiais da região metropolitana do Rio de Janeiro. Em outras pala-

bras, o último modelo estima a diferença na doutrina policial “intraunidade”, ou seja, entre policiais da mesma unidade. Os resultados podem ser vistos na tabela 16 (modelo 5) e são quase idênticos aos do modelo anterior. Com isso, é possível concluir que as unidades policiais não parecem gerar um impacto significativo na doutrina individual dos policiais.

Em suma, é interessante e também perturbador constatar que o apoio a um tipo mais agressivo de policiamento é mais disseminado entre os policiais estressados, que se sentem desrespeitados pela comunidade e que não estão orgulhosos de seu trabalho. Assim, esses resultados podem ser relevantes para a formulação de políticas que poderiam auxiliar na redução do uso da força letal pela polícia. Nessa linha, essas políticas deveriam considerar questões como os níveis de estresse e aspectos simbólicos, como a percepção de respeito.

A percepção das UPPs

Um ponto intimamente relacionado à visão dos agentes sobre a doutrina policial se refere à percepção sobre o projeto das UPPs. Uma série de sete itens de acordo-desacordo explorou a visão dos policiais sobre UPPs relativas a várias dimensões, incluindo legitimidade interna, sustentabilidade, confiança da comunidade, deslocamento criminal e se o novo programa pode ser considerado “policiamento verdadeiro” ou não. Esses itens foram escolhidos precisamente porque tocam em várias críticas e elogios normalmente realizados ao projeto. Os resultados desses tópicos podem ser analisados na tabela 17.

A maioria dos policiais acredita que as UPPs apenas deslocam o crime, bem como creem que o conceito de “policiamento de proximidade” não pode ser aplicado à polícia em geral. Do mesmo modo, eles estão convencidos de que a maioria dos policiais preferiria não fazer parte das UPPs. Ainda, somente 20% concordaram que as UPPs “são a polícia do futuro”, enquanto 56% discordaram (ver tabela 17).

Os outros itens produzem resultados mais moderados, mas ainda se inclinam na direção de uma percepção crítica sobre as UPPs. Assim, 35% disseram acreditar que o projeto tem ajudado a polícia a ganhar a confiança da comunidade, mas 37,5% discordaram dessa afirmação.

Por sua vez, a sustentabilidade do projeto é questionada dentro da polícia: 47% concordaram que as UPPs não continuarão após os Jogos Olímpicos de 2016 e somente 19% expressaram uma visão oposta. Finalmente, 43% concordaram com a afirmação de que as UPPs não constituem um “policiamento real” e apenas 34% possuíam uma visão contrária. Em geral, as UPPs recebem um baixo grau de legitimidade interna e são vistas pela maioria dos policiais com considerável ceticismo em diversos aspectos.

Foi calculada uma escala de apoio às UPPs, incluindo todos os itens mencionados acima, exceto o que indicou que “a maioria dos policiais militares não gosta de fazer parte de uma UPP” e o que faz referência à continuidade do projeto após os Jogos Olímpicos. O primeiro apenas relata um fato, confirmado nos resultados de várias pesquisas. Já o segundo é uma especulação sobre o futuro. Portanto, é possível concordar com os dois itens e ainda ser favorável ao projeto e vice-versa, apesar de a correlação mostrar que quem concorda tende a ser contrário às UPPs em maior grau do que os que discordam. A escala dos cinco itens restantes tem um alfa de Cronbach de 0,72, o que indica uma confiabilidade aceitável somente para apenas cinco itens.

O escore varia de zero a quatro. O valor zero revela que o policial não acredita que as UPPs promovem confiança nem formam a “polícia do futuro”; por outro lado, esse policial crê que as UPPs apenas deslocam o crime, que o conceito de “policiamento de proximidade” não pode ser aplicado a toda a polícia e que as UPPs não representam o “verdadeiro policiamento”. Em contrapartida, o valor quatro está associado a

TABELA 17 – Escalas de acordo-desacordo sobre as UPPs

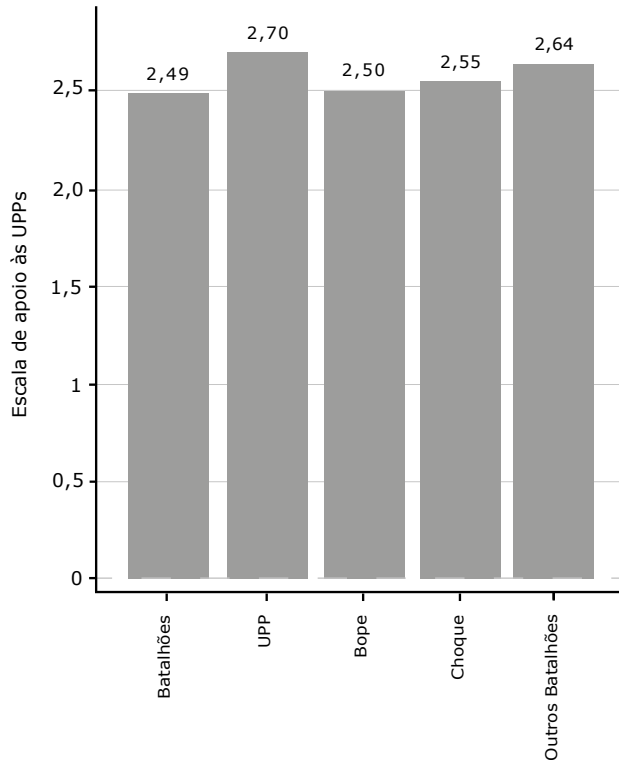
	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
As UPPs ajudaram a recuperar a confiança da população na polícia.	6,8	28,5	27,3	26,0	11,5
As UPPs são a polícia do futuro.	4,6	14,9	24,1	36,6	19,0
As UPPs não resolvem o problema do crime, só o deslocam para outros lugares.	31,7	32,3	17,4	12,6	3,9
As UPPs NÃO vão continuar depois da Olimpíada de 2016.	21,4	25,6	32,5	14,1	5,2
O conceito de "polícia de proximidade" não poderá ser aplicado em toda a corporação.	21,8	33,6	19,8	18,5	4,8
A maioria dos policiais militares não gosta de fazer parte de uma UPP.	23,4	33,1	24,6	15,0	3,1
As UPPs não realizam o verdadeiro trabalho de polícia.	20,5	22,1	22,7	26,0	7,5

pontos de vista exatamente opostos e equivale a um alto grau de apoio às UPPs.

A média da escala para o total da amostra é de 2,6, isto é, abaixo do ponto médio de três. A figura 10 apresenta o grau médio de apoio por tipo de unidade.

Como pode ser observado, o apoio às UPPs é baixo em todas as unidades policiais. E, ainda, entre os próprios policiais de UPP, a percepção positiva do projeto é apenas levemente superior (0,2 pontos) à de outras unidades.

FIGURA 10
Histograma:
escala média de
apoio às UPPs*
por tipo de
unidade



* 0 = total rejeição; 4 = total apoio

Uso real da força

Se o último capítulo tratou de doutrinas e atitudes relacionadas ao uso da força policial, este busca entender o uso efetivo da força e como ele varia de policial para policial. O objetivo central da pesquisa é compreender os fatores institucionais, individuais e contextuais que explicam as variações no uso da força letal pela polícia da região metropolitana do Rio de Janeiro. Conforme demonstrado na introdução, o uso da força letal tem se traduzido historicamente em altos números de homicídios cometidos pela polícia justificados por alegações de legítima defesa.

Mensurando o uso da força letal

O questionário continha um grande número de itens relacionados ao uso da força letal. A tabela 18 apresenta os resultados para um período de doze meses. Em geral, 36% dos policiais entrevistados atiraram contra alguém enquanto estavam em serviço ao menos uma vez no curso do ano anterior e 13% afirmaram ter ferido pelo menos uma pessoa com sua arma. Um grupo pequeno, porém significativo (5%), afirmou ter atirado mais de dez vezes enquanto estava em serviço ao longo desse período.

TABELA 18 – Distribuição percentual da frequência em que os seguintes eventos ocorreram enquanto os policiais estavam em serviço nos últimos doze meses

	Nunca	1-4 vezes	5-10 vezes	Mais de 10 vezes
Fez uso da sua arma de fogo contra alguém.	64,3	25,5	5,0	5,3
Feriu alguém com arma de fogo.	87,2	10,5	1,4	1,0
Participou de uma ocorrência que resultou na morte de alguém.	79,6	17,3	1,6	1,6
Socorreu uma pessoa baleada.	68,2	26,0	3,4	2,4
Alguém atirou contra você.	42,6	36,9	8,7	11,9
Foi ferido por arma de fogo.	92,0	6,0	0,8	1,2

Quando os policiais foram questionados sobre o uso de armas em serviço durante a semana anterior, os resultados foram ainda mais surpreendentes, uma vez que 10% tinham atirado contra alguém nesse curto período de tempo.

Portanto, a exposição à violência letal é muito grande. Com efeito, 21% participaram de um incidente ou ação policial que resultou na morte de alguém no ano anterior e 32% atenderam uma vítima por disparo de arma de fogo ao longo do mesmo período. Como esperado, o uso da força letal contra os policiais e a vitimização desse grupo também apresentam números muito altos: mais de 55% afirmaram que foram alvo de tiros enquanto estavam em serviço nos últimos 12 meses e 8% tinham sido feridos sob as mesmas circunstâncias.

Outro bloco de perguntas questionou o uso da força fora do serviço. De fato, o uso da força é menor quando os policiais estão de folga, mas ainda assim é muito significativo. Durante os doze meses anteriores, 9% de todos os entrevistados usaram suas armas de fogo contra alguém e 3% feriram pelo menos uma pessoa. Por outro lado, 16,5% afirmaram que alguém atirou contra eles nos últimos doze meses e 2,6% disseram ter sido feridos por arma de fogo no curso do mesmo período – todas essas cifras correspondem a fatos ocorridos fora de serviço. Em suma, o uso da força letal por parte dos policiais é três ou quatro vezes mais provável em serviço em comparação com situações em que o agente está fora de serviço. Isso contrasta fortemente com o risco para os próprios policiais, uma vez que dados oficiais mostram que a maioria dos policiais mortos no Rio de Janeiro estava fora de serviço no momento do homicídio.

Outras questões recolheram informações sobre a exposição dos policiais à violência armada em qualquer fase de suas vidas, isto é, sem qualquer referência temporal. Os resultados também são reveladores de um alto nível de vitimização. Assim, um terço de todos os entrevistados viu um colega ser

ferido por arma de fogo e 22% presenciaram alguém matando um policial.

A fim de analisar os fatores associados ao uso da força, foi criado um *índice do uso da força letal*. Essa medida foi calculada através da média de cinco questões que contemplam o uso real da força policial tanto em serviço quanto fora dele: “nos últimos doze meses, com que frequência fez uso da sua arma de fogo contra alguém (em serviço)?”; “nos últimos doze meses, com que frequência feriu alguém com arma de fogo (em serviço)?”; “nos últimos doze meses, com que frequência fez uso da sua arma de fogo contra alguém (fora de serviço)?”; “nos últimos doze meses, com que frequência feriu uma pessoa com arma de fogo (fora de serviço)?”; “na última semana, com que frequência fez uso da sua arma de fogo contra alguém” (em serviço)?”. As categorias de respostas para esses itens foram: 1 - nenhuma vez; 2 - uma a quatro vezes; 3 - cinco a dez vezes; 4 - mais de dez vezes.

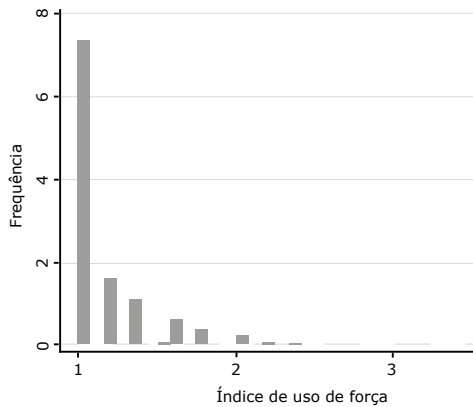
A figura 11 mostra o histograma desse índice do uso da força letal. A média foi de 1,2, e aproximadamente 59% de todos os entrevistados tiveram o valor mínimo (1), isto é, não usaram suas armas de fogo nos últimos doze meses.

A tabela 19 mostra a média dos valores do índice de uso da força letal por unidade policial. Torna-se evidente que o Bope é significativamente mais propenso a usar a força letal, com uma pontuação de 1,53. A pontuação média cai para 1,28 para os policiais do Choque e para 1,24 para os batalhões de área. Os policiais de UPP e de outros batalhões especializados são os que menos usam a força letal, com um valor médio de 1,13 e 1,11, respectivamente.

Os fatores associados ao uso da força letal

A pesquisa permite investigar os complexos fatores que moldam o uso da força letal pela polícia do Rio de Janeiro. De

fato, um dos propósitos da pesquisa é fornecer um retrato da frequência do uso da força letal e entender os seus correlatos, incluindo o perfil socioeconômico dos policiais, as experiências de violência durante a infância e a adolescência, a religião, o histórico na carreira, as crenças e atitudes em relação ao uso da força letal, o contexto de trabalho, a qualidade do treinamento e o contexto criminal que os policiais enfrentam na sua rotina de trabalho.

**FIGURA 11**

Histograma:
escala de uso da força*

* 1 = nenhum uso da força; 4 = uso extremo da força

Tabela 19 – Média do índice de uso da força por unidade*

Unidade policial	N	Média	Desvio padrão
Batalhões de área	2.508	1,24	0,38
UPPs	1.846	1,13	0,28
Bope	84	1,53	0,51
Choque	260	1,28	0,43
Outros batalhões especializados	325	1,11	0,24
Total	4.996	1,20	0,35

* 1 = nenhum uso da força; 4 = uso extremo da força

TABELA 20 – Descrição dos preditores usados na análise sobre uso da força

Tema	Variável	Descrição
Demografia	Sexo	Feminino = 0; Masculino = 1
	Raça	Não branco = 1; Branco = 0
	Idade em anos	Variável contínua
	Nível educacional	Uma variável <i>dummy</i> indica se o policial completou o ensino médio
Histórico de exposição à violência	Cresceu em favela	Cresceu em favela = 1; outro lugar = 0
	Religião	Variáveis <i>dummy</i> para: evangélicos, outra religião ou sem religião. A categoria de referência (categoria implícita) é católico.
	Frequência a cultos	Categorias de frequência a cultos
Saúde	Variável	Descrição
	Exposição à violência durante a infância	Índice de exposição da criança ao crime e à violência
	Estresse	Índice de exposição de parentes/amigos ao crime e à violência
	Patente	Índice de sintomas de estresse
Variáveis relacionadas ao trabalho	Unidade policial	Variável <i>dummy</i> para: cabos, sargentos, subtenentes e tenentes. A categoria de referência (categoria implícita) é soldado.
	Funções	Variáveis <i>dummy</i> para UPP, Roppe, Choque, outros batalhões especializados. A categoria de referência é batalhões territoriais.
	Mobilidade	Grupo tático (Patamo, GATT ou GTPP) e policiamento especializado = 1; outros = 0 Número de unidades em que o policial trabalhou anteriormente

	<p>Indicador para saber se o policial trabalhou anteriormente em UPP, mas não atua mais nesse tipo de unidade</p> <p>Indicador para saber se o policial trabalhou anteriormente no Bope, mas não atua mais nesse tipo de unidade</p> <p>Indicador para saber se o policial recebia pecúnia por bravura na década de 1990</p>
Treinamento	<p>Uma variável <i>dummy</i> indica se a qualidade do treinamento inicial foi "ruim" ou "muito ruim" (1 para estas duas respostas; 0 para as seguintes respostas: "nêdio", "bom" ou "muito bom").</p>
Doutrina policial	<p>Índice para mensurar a doutrina de "guerra contra o crime" <i>versus</i> a de "policciamento de proximidade", descritas nas seções anteriores</p>
Cultura profissional	<p>Variável <i>dummy</i> indicando se a unidade policial prioriza ou fornece incentivos para a apreensão de drogas. (Os policiais que "concordam totalmente" ou "concordam" com a frase "Em sua unidade, os policiais são premiados com folgas ou dispensas por apreender drogas" foram codificados como 1; quem discorda totalmente ou "não concorda nem discorda" foi codificado como 0.)</p>
Contexto criminal	<p>Variável <i>dummy</i> indicando se o policial está "orgulhoso" ou "muito orgulhoso" do seu trabalho</p> <p>Frequência de incidentes policiais de tráfico de drogas, apreensão de armas e homicídios</p>

As variáveis independentes foram selecionadas por sua significância teórica. A métrica das variáveis independentes, ou preditores incluídos na análise, está descrita na tabela 20. As variáveis estão agrupadas por temas. A estratégia de modelagem utilizada é a introdução sequencial de blocos de variáveis, começando com os perfis socioeconômicos e a exposição a crimes violentos durante a infância, seguidos pela trajetória institucional, incluindo a unidade atual do oficial, a patente, a função e o histórico na Polícia Militar; a qualidade do treinamento; o ambiente profissional e a satisfação no trabalho; o estresse; a doutrina policial e o ambiente criminal.

O modelo final inclui efeitos fixos para as unidades policiais. O objetivo desse modelo é controlar fatores não observados no nível do batalhão/unidade que poderiam influenciar o comportamento dos policiais – incluindo o efeito de “socialização” de um determinado batalhão, a influência dos comandantes sobre o uso da força e o ambiente criminal enfrentado por cada unidade. Adicionalmente à robustez, os coeficientes do modelo que inclui efeitos fixos das unidades policiais serão capazes de sublinhar os correlatos do uso policial da força letal que diferenciam os comportamentos individuais dos policiais *dentro* dos batalhões.

Preditores estimados da frequência do uso policial da força letal

Foram estimados fatores do uso da força letal policial, após a padronização dessa última variável. Os coeficientes de regressão e sua significância estatística estão dispostos na tabela 21, que mostra os coeficientes para nove modelos, que adicionam sequencialmente novos blocos de variáveis. Apresentando os resultados dos modelos em uma única tabela, torna-se possível observar quais variáveis são mais robustas em relação à introdução dos diversos blocos de variáveis. A última coluna apresenta o modelo mais completo, que mos-

tra o efeito fixo das unidades policiais. Esse efeito fixo foi adicionado para controlar o possível viés de variáveis omitidas relacionadas a aspectos não observados de cada unidade que são constantes no tempo e que poderiam afetar tanto o uso da força policial quanto seus preditores. Para comparar a magnitude dos coeficientes, estes foram padronizados nas figuras 12, 13 e 14.¹

No que tange às variáveis sociodemográficas e de histórico pessoal, é possível observar que, em média, os policiais homens usam a força letal com maior frequência que as mulheres. Nota-se que o coeficiente é robusto em relação à inserção das funções policiais (por exemplo, o grupo tático ou o policiamento especializado) e do efeito fixo das unidades. Isso significa que os homens estão mais propensos que as mulheres a usar a força letal, ainda que desempenhem funções similares e atuem nas mesmas unidades.²

As variáveis idade, raça, ter filhos e crescer em favela não parecem estar associadas ao uso da força letal, depois da adição de outras covariadas ao modelo. Os policiais que completaram o ensino médio parecem ser mais violentos que os policiais com menores níveis educacionais. No entanto, esse coeficiente não é significativo após a inclusão de um conjunto completo de covariadas e do efeito fixo das unidades policiais.

Ser evangélico (comparado com ser católico) está negativamente associado ao uso da força letal. Independentemente

1 Dado que o valor dos coeficientes de regressão depende da escolha da unidade de mensuração dos preditores, é difícil dizer quais fatores são mais importantes para determinar o uso da força. Para comparar a magnitude dos coeficientes, foi reestimado o modelo de regressão usando variáveis padronizadas. Cada variável é transformada para ter média igual a zero e desvio padrão igual a um. Coeficientes padronizados indicam que uma mudança marginal de um desvio padrão em um dado preditor resulta, em média, em uma mudança no uso da força, também medido em desvios padrões.

2 Contudo, seria possível argumentar que as mulheres não são designadas a missões mais perigosas e, por isso, aparentemente usam menos a força.

TABELA 2.1 – Fatores associados ao uso da força letal através da regressão OLS¹

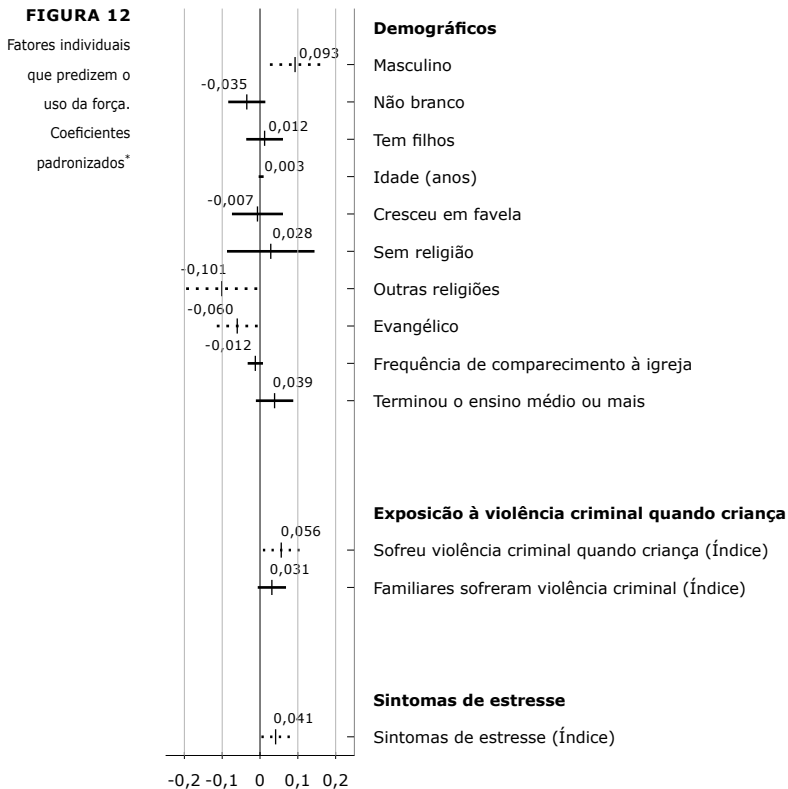
Coefficientes estimados	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Masculino	0,226***	0,166***	0,176***	0,138***	0,134***	0,144***	0,110***	0,0927***	0,102***
Não branco	-0,006	-0,012	-0,011	-0,023	-0,032	-0,026	-0,034	-0,035	-0,038
Tem filhos	0,0679***	0,0444*	0,039	0,021	0,020	0,013	0,014	0,012	0,015
Idade	0,0111***	-0,001	0,000	0,002	0,002	0,002	0,002	0,003	0,002
Cresceu em favela	-0,029	0,004	-0,017	-0,018	-0,019	-0,008	-0,016	-0,007	-0,020
Sem religião	0,140*	0,073	0,042	0,035	0,018	0,022	0,023	0,028	0,023
Outras religiões	-0,038	0,000	-0,027	-0,077	-0,0827*	-0,078	-0,079	-0,101**	-0,0912*
Evangélico	-0,0723**	-0,0638**	-0,0807***	-0,0665**	-0,0673**	-0,0637**	-0,0599**	-0,0602**	-0,0577**
Frequência de comparecimento à igreja	-0,005	-0,002	-0,011	-0,013	-0,013	-0,010	-0,012	-0,012	-0,016
Terminou o ensino médio ou mais	0,0781***	0,0539**	0,036	0,0553**	0,0456*	0,0457*	0,0469*	0,039	0,040
Sofreu violência criminal quando criança	0,128***	0,102***	0,0841***	0,0841***	0,0837***	0,0745***	0,0760***	0,0561***	0,0556**
Famíliares sofreram violência criminal	0,0783***	0,0638***	0,0482**	0,0365*	0,0363*	0,0387**	0,0364*	0,031	0,020
Cabo	0,226***	0,226***	0,139***	0,131**	0,116**	0,119**	0,115**	0,091	0,090
Sargento	0,266***	0,266***	0,192***	0,135**	0,137**	0,139**	0,129**	0,0958*	0,111*
Tenente	0,284***	0,284***	0,204**	0,070	0,087	0,079	0,058	0,037	0,071
Subtenente	0,220	0,220	0,175	-0,013	-0,006	-0,055	-0,075	-0,115	-0,114
Polícia especializada	0,244***	0,244***	0,290***	0,239***	0,238***	0,238***	0,201***	0,194***	0,195***
Trabalha na UPP			-0,0746**	-0,0819*	-0,0841*	-0,0792*	-0,041	-0,038	

Trabalha no Bope		0,657***	0,647***	0,597***	0,597***	0,500***	0,458***
Trabalha no Choque		0,078	0,048	0,029	0,030	0,017	0,007
Trabalha em outros batalhões		-0,082	-0,103*	-0,119*	-0,108	-0,160**	-0,131*
Índice de sintomas de estresse		0,0924***	0,0452**	0,0457**	0,0616***	0,0528**	0,0413**
Número de unidades em que o policial trabalhou			0,0224**	0,0211**	0,0200**	0,0174**	0,013
Trabalhou na UPP			-0,006	-0,002	-0,013	-0,015	-0,010
Trabalhou no Bope			0,433***	0,433***	0,443***	0,407***	0,377**
Recebeu bônus de bravura			0,271*	0,250*	0,270*	0,267*	0,239*
Treinamento inicial percebido como de baixa qualidade			0,064	0,060	0,0770*	0,0772*	0,0667*
Escala de doutrina policial			0,0978***	0,0966***	0,0925***	0,0721***	0,0631**
Unidade premia policiais que apreendem drogas				0,0743**	0,0677*	0,041	0,045
Sente orgulho de ser policial					0,0579**	0,0597**	0,0635**
Escala de drogas, apreensão de armas e homicídios						0,131***	0,120***
Viu um policial ser morto							0,234***
Efeitos fixos por unidade policial	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Observações	3.425	3.242	2.488	2.424	2.390	2.379	2.365
R ² ajustado	0,060	0,082	0,141	0,140	0,142	0,169	0,188

† Os coeficientes estão padronizados. * Significância ao nível 0,05. ** Significância ao nível 0,01. *** Significância ao nível 0,001.

da religião, a frequência de comparecimento aos cultos não é estatisticamente correlacionada com o uso da força letal.

A exposição do policial à violência e ao crime durante a infância está positiva e fortemente associada ao uso da força letal. Apesar da pequena magnitude, o tamanho do seu coeficiente é mais da metade do tamanho do efeito do gênero (ver figura 12). O efeito estimado da exposição de parentes e amigos do policial à violência no mesmo período de vida é positivo e é significativamente diferente de zero na maioria dos modelos, mas perde significância estatística no modelo 8, após a inclusão da escala do contexto criminal violento que os policiais enfrentam em sua rotina diária, composta por indicadores que refletem alta incidência de tráfico de drogas, apreensão de armas e homicídios.



* Esses coeficientes correspondem ao modelo 8 na tabela 21

Em relação à patente, é possível observar que os sargentos usam significativamente mais a força letal do que os soldados, que formam a categoria de referência. Os cabos também parecem usar mais a força letal do que os soldados, mas o coeficiente perde significância estatística após a inclusão do efeito fixo das unidades policiais e da variável *dummy* que indica se o policial viu um colega ser morto. Da mesma forma, os tenentes parecem usar mais a força letal do que os soldados apenas nos dois primeiros modelos. O coeficiente para os subtenentes não é significativo em qualquer modelo. Quando se comparam esses resultados com os determinantes da doutrina policial, nota-se um paradoxo. Cabos e sargentos expressam menor inclinação a usar a força, mas são os que acabam utilizando-a de maneira mais intensa na prática.

Foi avaliado se a função realizada pelo policial prediz o recurso à força. Como já foi dito, foi criada uma variável dicotômica com valor igual a um no caso de o policial pertencer a um grupo tático (Patamo, GAT ou GTPP) ou ao policiamento especializado. Esse grupo de policiais está mais frequentemente envolvido em ações violentas quando comparado com a atividade de policiais em outras funções, como patrulhamento a pé, polícia de trânsito, etc. O coeficiente estimado para os grupos táticos é positivo, e a sua magnitude (0,19 de um desvio padrão) é maior que a de qualquer coeficiente das variáveis sociodemográficas (ver figura 14).

O próximo bloco de variáveis explicativas se refere ao tipo de unidade policial (os batalhões de área são a categoria de referência). Os policiais de UPP parecem usar menos a força do que os policiais de batalhões territoriais. Entretanto, o coeficiente negativo para as UPPs perde a significância estatística após controlar o contexto criminal violento (coluna 7 na tabela 18), em cujo caso os policiais de UPP parecem usar tanto a força quanto seus colegas de batalhões tradicionais.

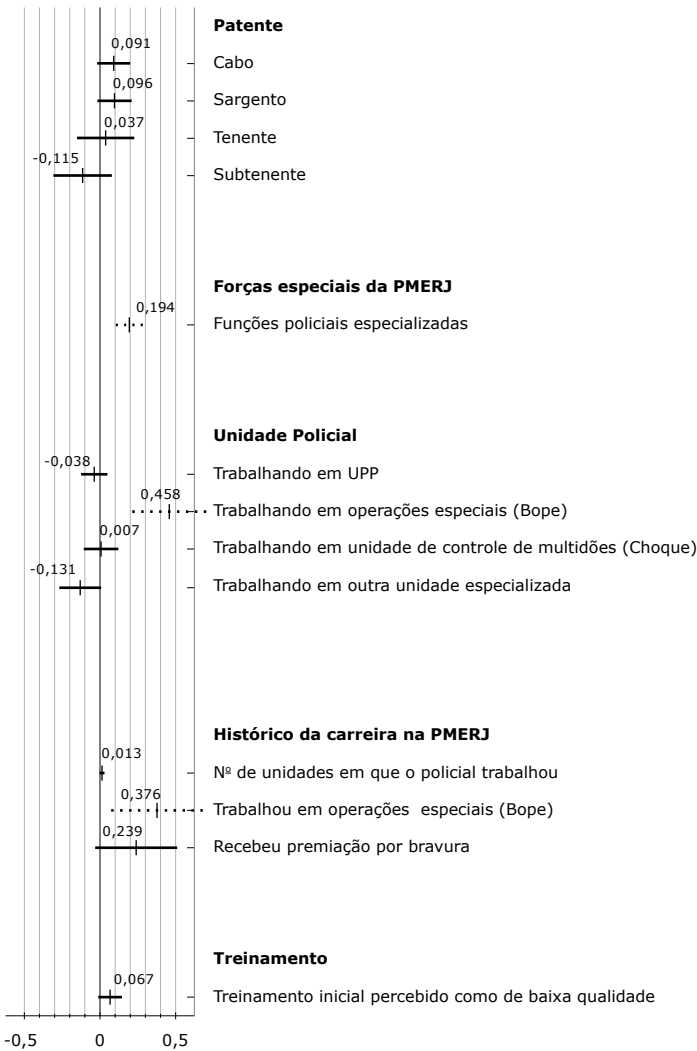
Como antecipado, o Bope é a unidade policial mais letal. Os resultados sugerem que o uso diferencial da força letal

entre os policiais do Bope é robusto em relação à inclusão de outros fatores e se mantém muito forte (0,46 desvios padrões). As outras unidades especializadas³ usam significativamente menos a força letal do que os batalhões tradicionais, apesar de o coeficiente ser bastante pequeno (-0,13 desvios padrões).

As variáveis relativas ao histórico da carreira estão entre os mais fortes preditores do uso da força letal na amostra. Apesar da pequena magnitude, a mobilidade entre batalhões dentro da PMERJ parece estar associada ao aumento no uso da força letal na maioria dos modelos. Ter trabalhado no Bope no passado e ter recebido pecúnia por bravura estão fortemente associados ao uso letal da força. Ambos os efeitos estimados são robustos em relação à inclusão do efeito fixo das unidades policiais, e sua magnitude é relativamente grande se comparada com outras variáveis: 0,38 e 0,24 desvios padrões, respectivamente (ver figura 13).

Adicionalmente, a percepção sobre a qualidade do treinamento inicial é outro fator importante no que tange ao uso da força letal. Uma variável *dummy*, indicando que a qualidade do treinamento inicial era “baixa” ou “muito baixa” na percepção dos policiais, está positivamente associada ao uso da força na maioria dos modelos, mesmo após o controle do efeito fixo das unidades.

3 As outras unidades especializadas incluem: Batalhão de Policiamento de Grandes Eventos (BPGE), Batalhão de Ação com Cães (BAC), Polícia Turística e Grupamento Aéreo Marítimo (GAM).

**FIGURA 13**

Fatores profissionais que predizem o uso da força. Coeficientes padronizados*

* Esses coeficientes correspondem ao modelo 8 na tabela 21.

Também foram encontradas evidências de que a “doutrina da guerra”, tal como mensurada nas seções anteriores, está positivamente associada ao uso da força letal. Crenças e atitudes que igualam policiamento com ações militares estão, portanto, correlacionadas com o uso mais frequente da força

letal entre os policiais. Após adicionar uma longa lista de variáveis independentes e o efeito fixo das unidades policiais, o índice da doutrina de guerra ainda está positivamente relacionado ao uso letal da força.

A mentalidade de guerra e o modo como ela afeta o comportamento policial estão enraizados nas normas culturais, mas também estão inspirados em incentivos institucionais e rotinas corporativas que priorizam a guerra contra as drogas em detrimento de outros aspectos do policiamento. Foi explorado um tipo de incentivo relacionado à apreensão de drogas, sendo encontrada uma associação positiva entre o uso da força letal e a variável dicotômica que indica se o comandante da unidade premia os policiais pela apreensão de entorpecentes. Entretanto, essa relação se torna não significativa uma vez controlado o tipo de crime que prevalece na área onde o policial trabalha.

Também foi analisada a relação entre o orgulho dos policiais e o seu trabalho, bem como a relação entre o policial e a corporação. Sentir orgulho de ser policial parece estar positiva e significativamente relacionado ao uso da força letal. Nessa linha, as seções anteriores mostraram que os policiais do Bope são os agentes mais orgulhosos de seu trabalho e, tal como foi dito, são também os mais propensos a usar a força letal.

Finalmente, os modelos também controlam o efeito do ambiente criminal. Não é uma surpresa que quanto mais os policiais enfrentam tráfico de drogas, homicídios e apreensões de armas em suas rotinas de trabalho, mais lançam mão da força letal (ver figura 14). Também foi confirmado que o fato de o policial ter presenciado o homicídio de um colega tem forte associação positiva com o uso da força letal, mesmo controlando outros fatores observáveis e efeitos fixos.

Para resumir os resultados encontrados, há importantes fatores sociodemográficos, corporativos, atitudinais, institucionais e contextuais que afetam o uso da força letal pela po-

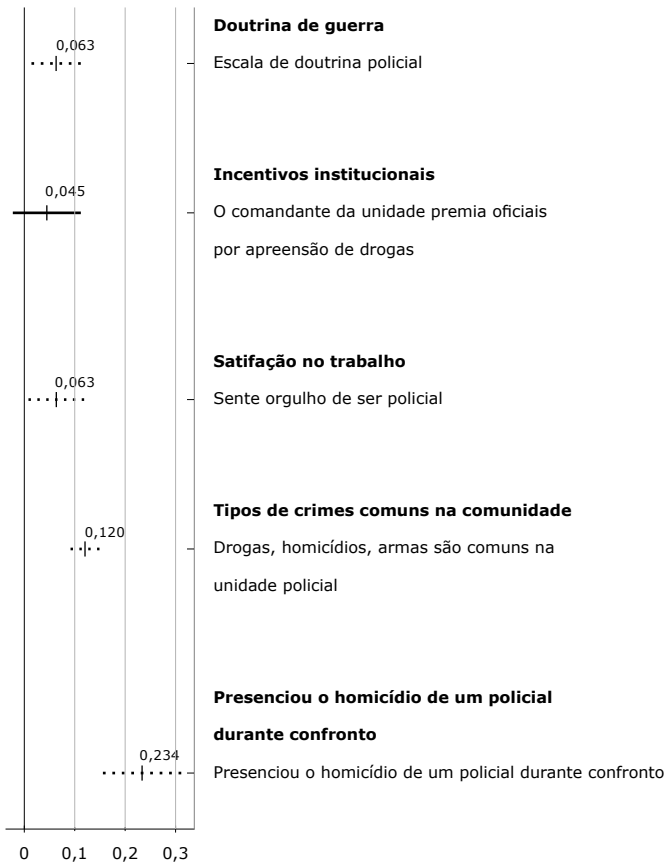


FIGURA 14
Fatores atitudinais, institucionais e ambientais que predizem o uso da força. Coeficientes padronizados*

* Esses coeficientes correspondem ao modelo 8 na tabela 21.

lícia na região metropolitana do Rio de Janeiro. Em relação às características sociodemográficas e ao histórico pessoal, os principais resultados encontrados foram os seguintes:

1. os policiais homens usam significativamente mais a força letal;
2. as experiências individuais de violência durante a infância tornam os policiais mais violentos;
3. comparado a ser católico, ser evangélico ou ter outra religião são preditores negativos para o uso da força;

4. conforme esperado, os policiais que atualmente servem no Bope mostraram maior propensão a usar a força letal;
5. em comparação aos soldados, sargentos usam mais a força letal;
6. os policiais pertencentes a grupos táticos e especializados são mais violentos que os policiais de patrulhamento a pé, de trânsito e outros;
7. os policiais de UPP são ligeiramente menos propensos a usar a força, apesar de o coeficiente perder significância após a introdução do contexto criminal;
8. como foi predito, o estresse está positivamente associado ao uso da força letal;
9. os policiais transferidos frequentemente entre as unidades recorrem mais à força letal, apesar de esse coeficiente não ser robusto em relação à inclusão de indicadores que mostram se o policial viu um colega ser morto;
10. o policial que já tenha servido no Bope no passado costuma usar mais a força também na sua unidade atual;
11. apesar de poucos, os policiais que receberam a pecúnia por bravura nos anos 1990 estão mais propensos a usar a força;
12. a percepção sobre a baixa qualidade do treinamento ministrado na entrada do policial na corporação está positivamente relacionada à força letal;
13. o fato de os superiores premiarem com folga os policiais por apreensões de drogas se traduz em uma maior utilização da força letal. Entretanto, esse efeito desaparece ao se levar em conta o ambiente criminal;
14. policiais que aderem a uma doutrina policial de “guerra ao crime” tendem a usar mais a força letal;
15. aqueles que se sentem mais orgulhosos de seu trabalho usam mais a força letal;

16. conforme esperado, os policiais que trabalham em ambientes criminais marcados por atividades do tráfico de drogas, homicídios e apreensões de armas estão mais propensos a usar a força letal;
17. por último, os policiais que testemunharam um colega ser morto são significativamente mais violentos.

Esses resultados apontam que o uso da força está fortemente associado à doutrina de “guerra às drogas”, que militarizou o policiamento do Rio de Janeiro. O fato de trabalhar ou de ter trabalhado no Bope, a pecúnia por bravura, os incentivos para a apreensão de drogas e o contexto criminal dominado pela violência armada e pelo tráfico de drogas são alguns dos preditores mais fortes do recurso à força letal.

No entanto, outros fatores também impactam o uso real da força. Os resultados sobre a exposição à violência na infância como influência sobre o comportamento policial são inéditos e importantes. Torna-se difícil saber se a exposição à violência durante a infância levou alguns policiais a ingressarem na corporação e se pessoas com maior tendência à violência têm maior probabilidade de se tornarem policiais. Mas os resultados indicam que o ambiente extremamente violento do Rio de Janeiro ajudou a gerar uma polícia violenta.

A mobilidade entre unidades também está associada ao uso letal da força, o que suscita uma discussão sobre o motivo dessa relação. As transferências de unidades podem ocorrer por muitos motivos, tanto por solicitação deles próprios quanto por razões organizacionais. Entretanto, as entrevistas qualitativas realizadas em paralelo com esta pesquisa parecem mostrar que os “maus” policiais são mais frequentemente transferidos. Em outras palavras, os comandantes costumam decidir pela transferência de agentes que sistematicamente se comportam mal, não possuem bom desempenho ou são suspeitos de envolvimento com crime ou corrupção, dado

que processá-los legalmente pode ser, em muitos casos, complicado.

Os resultados sobre fatores institucionais, atitudinais e individuais que moldam o uso da força são robustos em relação a ambientes criminais específicos, enfrentados por policiais em sua rotina diária. No entanto, é importante enfatizar que a violência no ambiente influencia de modo significativo o uso da força letal. Os resultados indicam que os policiais que confrontam ambientes caracterizados por crimes violentos e tráfico de drogas são mais propensos ao uso da força. Adicionalmente, agentes da lei que presenciaram a morte violenta de um colega são significativamente mais violentos.

Finalmente, os resultados sugerem que os policiais de UPP não são muito diferentes daqueles dos batalhões regulares. Os modelos mostram uma modesta redução do uso da força letal entre esses policiais. Entretanto, ao introduzir variáveis que caracterizam os contextos criminal e profissional por unidade, a significância estatística do coeficiente de UPP desaparece. Com isso, o comportamento das UPPs em relação ao uso da força depende crucialmente do contexto particular enfrentado pelos policiais.

Experimentos para entender as justificativas para o uso da força letal

A noção de que a polícia deveria se focar na luta contra o tráfico de drogas em vez de na garantia da paz e da segurança está fortemente enraizada na cultura e na prática da corporação policial. Quando questionados sobre qual ação deveria ser prioridade na polícia, 62% responderam o combate ao tráfico de drogas, enquanto 37% mencionaram a redução da violência. Essa mentalidade é produzida e encorajada pela estratégia de luta militarizada contra traficantes de drogas que controlam territórios pobres do Rio de Janeiro.

As UPPs são uma oportunidade única de mudar essa mentalidade de guerra, mas transformar a cultura corporativa da polícia não é tarefa fácil. As análises expostas nas seções anteriores sobre o policiamento baseado na “guerra contra o crime” mostraram que essa doutrina, bem como os incentivos institucionais para a apreensão de drogas ilícitas, aumentam significativamente o uso da força letal.

Um fator que limita as nossas perguntas no questionário e as nossas análises estatísticas é a possibilidade que os entrevistados têm de mentir por se depararem com questões sensíveis, com base em normas socialmente desejáveis, ou por recearem passar informações que poderiam deixá-los em risco (Brooks, 2007; Krueger, 2007). Há uma vasta literatura que discute os problemas enfrentados ao mensurar

opiniões e atitudes em contextos de crime e conflitos civis (Warr, 2000; Kalyvas; Kocher, 2009).

Uma solução que pode ser encontrada nessa literatura, para maximizar respostas confiáveis a questões sensíveis, é o uso de listas e experimentos de pesquisa (Blair; Imai, 2012; Corstange, 2009; Glynn, 2013; González-Ocantos et al., 2012; Holbrook; Krosnick, 2010). De fato, as pesquisas experimentais são métodos cada vez mais populares para a obtenção de respostas sinceras em pesquisas de *survey* que abordam temas delicados (Lyll; Blair Imai; , 2013).

A fim de analisar as circunstâncias sob as quais os policiais acreditam ser mais justificável atirar contra um suspeito, foi realizado o que se conhece como um experimento com o uso de *priming*. *Priming* é definido como uma ativação passiva, imperceptível e não intrusiva de representações mentais relevantes através de estímulos externos ambientais, de modo que as pessoas podem ou não ser conscientes da influência exercida por esses estímulos (Bargh, 2006).

O principal experimento consistiu em introduzir dois itens na pesquisa descrevendo cenários em que a polícia atirou e matou um suspeito. Diferentes descrições e distintas imagens acompanharam esses cenários. Os respondentes foram atribuídos, de forma aleatória, a um de dois grupos possíveis. Todos foram convidados a indicar o grau de concordância com a sentença: “Os policiais atuaram corretamente nessa situação”. As respostas possíveis eram: 1 - concordo totalmente; 2 - concordo; 3 - não concordo nem discordo; 4 - discordo; 5 - discordo totalmente.

No primeiro item, para os dois grupos, a história começou da seguinte maneira: “Dois policiais percebem que dois jovens suspeitos começam a correr. Os policiais pedem para que parem, mas os jovens continuam correndo e entram em um beco. Os policiais correm atrás deles e novamente ordenam que parem, mas, ao perceberem que os jovens estão

fugindo, dispararam vários tiros. Um dos jovens acaba morto e o outro ferido”.

Somente a frase e as imagens¹ que se seguiam ao relato exposto acima diferiram nas duas condições.

Para o grupo 1 (“condição da bolsa e do iPad”), essa era a informação oferecida: “Ao revistar a mochila dos jovens, os policiais encontram uma bolsa, uma carteira, dinheiro e um *tablet*” (ver figura 15).

Para o grupo 2 (“condição da arma e das drogas”), a última sentença do parágrafo e a figura que constavam no questionário eram as seguintes: “Ao revistar a mochila dos jovens, os policiais encontram drogas, um rádio, um revólver e dinheiro” (ver figura 16).

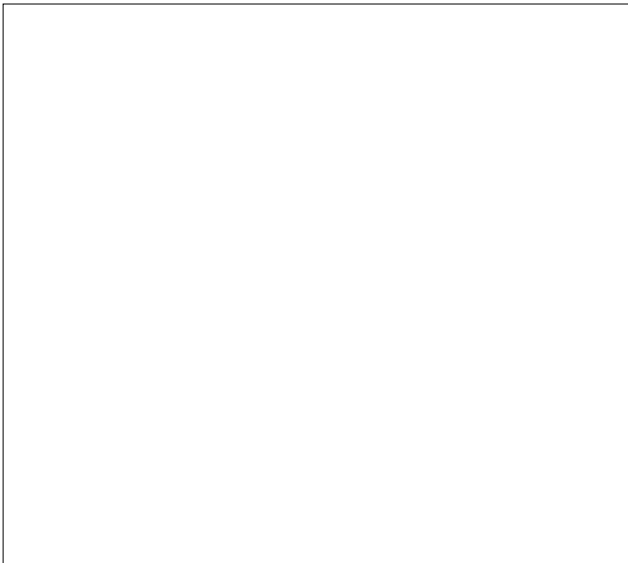


FIGURA 15

Grupo da bolsa e do iPad

1 Na edição deste livro, utilizamos imagens semelhantes àquelas originalmente usadas na pesquisa (N. do E.).

FIGURA 16Grupo da arma
e das drogas

Independentemente de que grupo os entrevistados fizeram parte, atirar em suspeitos em qualquer uma das situações é inapropriado e pode ser considerado um uso injustificado da força letal. Em nenhuma das situações, os suspeitos colocaram diretamente a vida dos policiais (ou de outros cidadãos) em risco imediato, considerando que eles estavam fugindo. Desse modo, a força letal não poderia ser usada, de acordo com princípios internacionais² já incorporados às normas nacionais brasileiras.³

Outro aspecto importante se refere ao fato de os policiais da história não saberem o que estava dentro da mochila dos suspeitos no momento em que atiraram. Assim, o seu comportamento não poderia ser justificado com base no que encontraram após atirar e deveria ser avaliado com base na

2 Cf. “Princípios básicos das Nações Unidas sobre o uso da força e armas de fogo por agentes aplicadores da lei”. Adotado pelo Congresso das Nações Unidas sobre prevenção ao crime e tratamento de criminosos. Havana, Cuba, 27 de agosto a 7 de setembro de 1990.

3 Cf. Brasil, 2010.

informação e no risco que estavam evidentes no momento em que os policiais decidiram usar suas armas de fogo.

A tabela 22 mostra o percentual de policiais que concordaram ou não com a ação dos agentes ao atirar contra os suspeitos, tanto para o grupo da arma e das drogas quanto para o grupo da bolsa e do iPad. A tabela indica, para toda a amostra e para os diferentes tipos de unidades policiais, o percentual de concordância e discordância em relação ao fato de a polícia ter agido corretamente.⁴

Em geral, os respondentes da condição 2 (arma e drogas) são significativamente mais propensos a concordar com a ação policial se comparados com os da condição 1 (bolsa e iPad). Ou seja, os entrevistados estão mais inclinados a acreditar que a polícia age corretamente quando atira contra suspeitos com arma e drogas em comparação com uma situação similar em que os suspeitos portam uma bolsa e um iPad.

Assim, ativar nos policiais representações de arma e drogas aumenta a concordância com o uso (injustificado) da força letal: 18,3% do grupo de “arma e drogas” concordaram com a afirmação de que a polícia agiu corretamente contra 5,1% do grupo “bolsa e iPad”. Claramente, essa diferença é estatisticamente significativa. Além disso, pode-se observar que o efeito do tratamento se mantém em todas as unidades policiais, exceto no Bope.⁵

De acordo com a tabela 22, as chances de concordância com que a polícia agiu corretamente contra os suspeitos são $(18.3 \times 94.9) / (5.1 \times 81.7) = 4,18$ vezes maiores para o grupo das armas e drogas, comparadas às do grupo da bolsa e do iPad. Particularmente, os policiais que trabalham no Choque foram significativamente mais propensos a concordar que a

4 Os entrevistados que responderam que “não concordavam nem discordavam” foram somados ao grupo que discordou, a fim de gerar uma variável dicotômica que opusesse os que concordam com o restante.

5 No caso dos policiais do Bope, o teste do chi-quadrado não rejeitou a hipótese nula ao nível de 5%, mas pode ser rejeitado ao nível de significância de 10%.

TABELA 22 – Distribuição das respostas dos policiais ao primeiro experimento por unidade policial

Amostra	Grupos de tratamento	Resposta dos policiais (%)			P valor**
		Concorda que o policial atuou corretamente	Discorda que o policial atuou corretamente	Razão de chances*	
Completo	Armas e drogas	18,3	81,7	4,18	0,000
	Bolsas e iPad	5,1	94,9		
Batalhões	Armas e drogas	16,7	83,3	5,06	0,000
	Bolsa e iPad	3,8	96,2		
UPPs	Armas e drogas	22,1	77,9	3,68	0,000
	Bolsa e iPad	7,2	92,8		
Bope	Armas e drogas	7,7	92,3	-	0,094
	Bolsa e iPad	0	100		
Choque	Armas e drogas	16,4	83,6	11,48	0,000
	Bolsa e iPad	1,7	98,3		
Outros	Armas e drogas	14,6	85,4	2,6	0,018
	Bolsa e iPad	6,2	93,8		

* Para calcular as razões de chances, definimos PG1 como a probabilidade de acordo para o grupo das drogas e da arma e PG2 como a probabilidade de acordo para o grupo da bolsa e do iPad. As chances de acordo *versus* desacordo são iguais a $PG1/1-PG1$ tanto para o grupo das drogas e da arma quanto para o grupo da bolsa e do iPad. Assim, a razão de chance é igual a $(PG1/1-PG1)/(PG2/1-PG2)$.

** Testes de chi-quadrado foram usados para comparar o acordo entre sujeitos no grupo das drogas e da arma e no grupo da bolsa e do iPad.

polícia agiu corretamente atirando contra os suspeitos quando estavam no grupo das drogas e da arma do que quando pertenciam ao grupo da bolsa e do iPad (a razão de chance é igual a 11,5, a maior entre todos os grupos). Os policiais do Bope são os menos propensos a concordar com a atitude de atirar contra os suspeitos. De fato, nenhum dos policiais do Bope do grupo “bolsa e iPad” concordou que a ação foi justificada. E somente 7,7% dos policiais deste batalhão especializado pertencentes ao grupo de arma e das drogas concordaram que atirar contra os suspeitos foi justificado.

Modelo empírico para a primeira pesquisa experimental

A seguir será analisado mais formalmente o experimento de *priming* usando um modelo estatístico multivariado. A vantagem da estimação de um modelo multivariado é que o pesquisador pode diretamente modelar as respostas a questões sensíveis em função das características dos entrevistados. Antes de proceder com a análise formal da pesquisa experimental, é preciso ter certeza de que o procedimento de aleatorização funcionou e de que os grupos experimentais estavam equilibrados em relação às variáveis observáveis. O apêndice apresenta estatísticas resumidas com as variáveis demográficas e outras. O processo de aleatorização é confiável, porque quase todas as variáveis estão balanceadas entre dois grupos (condições 1 e 2).

A tabela 23 mostra os resultados de um modelo *logit*, que estima a concordância com a opinião de a polícia ter agido corretamente contra os suspeitos do caso hipotético. Foram apresentadas razões de chance proporcionais para facilitar a interpretação. O estimador de interesse é o “efeito do desenho experimental”, definido como a diferença entre o grupo “drogas e arma” e o grupo “bolsa e iPad”. A variável dependente é uma variável dicotômica: “concordo totalmente” e

TABELA 23 – Modelos *logit*. Razões de chance estimadas para o primeiro experimento

	1	2	3
Grupo das drogas e da arma	4,1796*** (0,45)	4,221*** (0,46)	4,502*** (0,52)
Cabo		0,616*** (0,11)	0,557*** (0,10)
Sargento		0,475*** (0,07)	0,437*** (0,07)
Subtenente		0,121*** (0,09)	0,137*** (0,10)
Tenente		0,422** (0,17)	0,463* (0,19)
Funções de policiamento especializado		0,633*** (0,11)	0,636** (0,11)
UPP		0,92 (0,13)	
Bope		0,309* (0,19)	
Choque		0,665* (0,17)	
Outros		0,71 (0,21)	
Efeito fixo das unidades policiais	Não	Não	Sim
N	4.559	4.344	4.344

Nota: Erros padrões robustos entre parênteses.

* Significativo no nível 0,05. ** Significativo no nível 0,01. *** Significativo no nível 0,001.

“concordo” com a afirmação são codificadas como um; “não concordo nem discordo”, “discordo” e “discordo totalmente” foram codificadas como zero.

A coluna 1 mostra o mesmo resultado apresentado na tabela anterior. As chances de aprovar o uso da violência letal pelos policiais quando os respondentes pertenciam ao grupo das drogas e da arma eram 4,2 vezes maiores do que quando faziam parte do grupo da bolsa e do iPad. Na coluna 2, foram adicionadas ao modelo três variáveis: patente policial, se o policial realiza policiamento especializado (grupo tático ou outra função especializada) e o tipo de unidade policial,⁶ e os resultados dos experimentos continuaram iguais. A última coluna adiciona o efeito fixo das unidades e revela que os resultados do experimento se mantiveram robustos e inalterados.

Consequentemente, o efeito do desenho é robusto com respeito à inclusão dos tipos de unidades policiais e das funções. Note-se que os coeficientes das razões de chance nos três modelos são estatisticamente significativos e próximos uns dos outros. Como resultado, conclui-se que o efeito para o experimento de *priming* é robusto.

Os resultados do experimento fornecem forte evidência de que a guerra contra as drogas cria uma mentalidade que justifica o uso excessivo da força pela polícia. Quando os policiais estão diante de situações semelhantes que diferem apenas pela informação – fornecida após a ocorrência do fato – de que drogas e um revólver foram encontrados com os suspeitos, os agentes da lei ficam significativamente mais inclinados a concordar com o ato de atirar e matar os suspeitos, mesmo que não seja legalmente justificado.

6 Como indicado no Apêndice, as patentes foram as únicas variáveis que renderam uma diferença significativa entre as duas condições, apesar da aleatorização.

Outras pesquisas experimentais

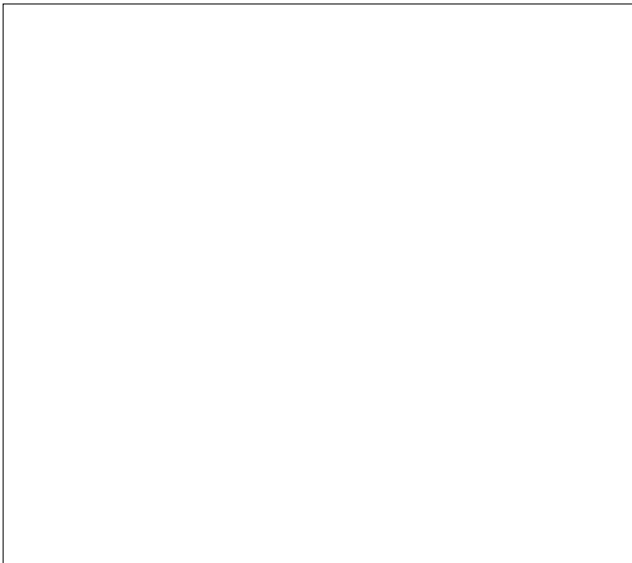
Uma segunda pesquisa experimental envolveu uma história similar à descrita acima sobre policiais atirando em suspeitos: “Dois policiais militares percebem que um homem de aproximadamente 40 anos está correndo atrás de dois jovens na rua gritando ‘ladrão’. O homem se comunica com muita dificuldade dizendo que os jovens estavam armados e roubaram o seu relógio e carteira. Os policiais começam a perseguir os jovens, que montam em uma moto e tentam fugir. Um dos policiais dispara e fere um deles, evitando a fuga. O jovem é socorrido pelos policiais, mas vem a morrer horas depois no hospital”.

Nesse caso, foram criadas duas condições experimentais relativas às imagens acrescentadas para ilustrar a história. Na condição 1, as duas figuras adjacentes mostravam ruas de um lugar pobre ou de uma favela (ver figura 17). Da mesma forma, na condição 2, as fotografias revelavam uma rua de um bairro rico próximo à praia (ver figura 18).

Assim como no experimento anterior, o uso da força era injustificado, pois a história não deu nenhuma indicação de que os suspeitos em fuga estivessem ameaçando alguém com arma de fogo no momento da intervenção policial. A diferença em relação ao cenário anterior era que, nesse caso, uma testemunha disse que os suspeitos estavam armados. As escalas de resposta são as mesmas do último experimento (escalas de acordo-desacordo com 5 pontos).



FIGURA 17
Segunda pesquisa
experimental. Condição 1.



104 Determinantes do uso da força policial no Rio de Janeiro

FIGURA 18

Segunda pesquisa
experimental. Condição 2.



A proposta era saber se os policiais sentiam que, em condições semelhantes, o uso da força letal era mais justificado em favelas do que em bairros ricos. De fato, sabe-se que a força letal policial é muito mais utilizada em favelas do que em outras áreas da cidade, mas desconhece-se até que ponto isso se deva a condições ambientais (dado que há mais violência nas áreas de favela) e até que ponto isso também seja resultante de predisposições e percepções dos policiais.

Em geral, somente 18% discordaram totalmente da afirmação de que a intervenção policial era correta. Essa é uma proporção muito menor do que a do primeiro cenário (34%), provavelmente por causa da informação adicional dada por uma testemunha de que os suspeitos estavam armados. Quando se comparam as respostas das duas condições, 17,8% discordam totalmente da afirmação de que a polícia agiu corretamente na condição 2 (bairro rico), comparados com 18,4% na condição 1 (favela). Ou seja, os resultados não foram no sentido previsto. Em qualquer caso, não existe diferença significativa entre ambas as condições.⁷ Contrariamente ao esperado, portanto, não houve uma avaliação diferencial do uso da força policial de acordo com a área da cidade em que se deu o ocorrido.

Finalmente, outra pesquisa experimental foi aplicada com vistas a analisar como uma afirmação sobre a necessidade da reforma da polícia e da limitação ao uso da força poderia ser diferentemente avaliada, caso fosse atribuída ao atual secretário de Segurança Pública ou a uma pessoa desconhecida. Isso também seria uma forma de testar a liderança do secretário no que se refere à sua capacidade de inspirar uma reforma contrária à abordagem da “guerra contra o crime”.

Os entrevistados foram instados a expressar seu acordo ou desacordo, segundo a escala mencionada anteriormente, com a seguinte sentença: “A polícia militar do Rio de Janeiro

7 Chi-quadrado = 4,46; g.l. = 4; p = 0,347.

precisa se transformar e mudar de mentalidade. Os policiais devem realizar as suas funções com o objetivo de restringir o uso excessivo da força e recuperar a confiança da população, especialmente a dos moradores das favelas e de outras áreas pobres do Rio”.

Na tabela 24, aqueles que responderam “não concordo nem discordo” foram somados àqueles que discordavam, de modo que os resultados indicam as chances de acordo com a afirmação, em comparação com todas as outras respostas.

De acordo com a tabela 24, a razão de chance de concordância com a reforma policial, comparando as duas condições, é $(40,9 \times 56,6) / (43,4 \times 59,1) = 0,903554$. Em outras palavras, as chances de concordância são 10% menores quando a afirmação é atribuída ao secretário de estado. Entretanto, a diferença não atinge significância estatística, embora se aproxime dela, porque é possível rejeitar a hipótese nula com 90%, mas não com 95% de confiança. Como os resultados foram próximos da significância estatística, optou-se por continuar as análises através da introdução de outras variáveis no modelo.

A tabela 25 mostra as razões de chance estimadas a partir de um modelo *logit* que prediz o apoio à mudança institucional na polícia para se afastar de um policiamento baseado no confronto. O estimador de interesse é o “efeito do desenho”, definido como a diferença entre a condição 1 (afirmação atribuída ao secretário de Segurança Pública Mariano Beltrame) e a condição 2 (sentença sem autoria). De acordo com o modelo (coluna 1), as chances de acordo com a reforma da polícia são, como já foi mostrado, 10% menores quando a afirmação é atribuída ao secretário Mariano Beltrame. O efeito do desenho estimado se aproxima da significância estatística, conforme apontado na tabela 24. Entretanto, uma vez que são introduzidas outras covariadas, o efeito do tratamento se torna significativo. Foram incluídas as unidades policiais e funções (coluna 2), bem como o efeito

fixo das unidades policiais (coluna 3). Assim, é possível concluir que o efeito do desenho para o experimento de acordo com a reforma policial é significativo.

TABELA 24 – Distribuição das respostas dos policiais ao terceiro experimento por unidade policial

Amostra	Grupos de tratamento	Resposta dos policiais (%)		Razão de chances*	P valor**
		Concorda com a afirmação	Discorda da afirmação		
Completo	Afirmação do secretário de Segurança Pública	40,9	59,1	0,9	0,083
	Afirmação geral	43,4	56,6		
Batalhões	Afirmação do secretário de Segurança Pública	43,2	56,8	0,92	0,297
	Afirmação geral	45,3	54,7		
UPPs	Afirmação do secretário de Segurança Pública	37,4	62,6	0,94	0,503
	Afirmação geral	39	61		
Bope	Afirmação do secretário de Segurança Pública	32,6	67,4	1,04	0,933
	Afirmação geral	31,7	68,3		
Choque	Afirmação do secretário de Segurança Pública	42,7	57,3	1,02	0,943
	Afirmação geral	42,3	57,7		
Outros	Afirmação do secretário de Segurança Pública	45,9	54,1	0,65	0,057
	Afirmação geral	56,5	43,5		

* Para calcular as razões de chances, definimos PG1 como a probabilidade de acordo para a condição 1 (frase atribuída ao secretário de Segurança Pública) e PG2 como a probabilidade de acordo para a condição 2 (frase anônima). As chances de acordo *versus* desacordo são iguais a PG1/1-PG1 tanto para a condição 1 quanto para a condição 2. Assim, a razão de chance é igual a (PG1/1-PG1)/(PG2/1-PG2).

**Testes de chi-quadrado foram usados para comparar o acordo entre sujeitos na condição 1 *versus* condição 2.

TABELA 25 – Modelos *logit*. Razões de chance estimadas para o terceiro experimento

	1	2	3
Beltrame	0,90355* (0,053)	0,8871** (0,054)	0,8900** (0,055)
Cabo		0,934 (0,104)	0,942 (0,108)
Sargento		1,530*** (0,139)	1,563*** (0,147)
Subtenente		2,587*** (0,580)	2,447*** (0,563)
Tenente		2,048*** (0,435)	2,054*** (0,443)
Funções de policiamento especializado		0,917 (0,090)	0,926 (0,096)
UPP		1,021 (0,094)	
Bope		0,641* (0,159)	
Choque		1,041 (0,149)	
Outros		1,463** (0,235)	
Efeitos fixos das unidades policiais	Não	Não	Sim
N	4.733	4.514	4.514

Nota: Erros padrões robustos entre parênteses.

* Significativo no nível 0,05. ** Significativo no nível 0,01. *** Significativo no nível 0,001.

3ª prova

Conclusões

Este estudo confirmou outras pesquisas e outras informações que mostram que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é uma organização policial que usa a força letal em níveis muito elevados. Mais de um terço dos policiais dispararam suas armas contra alguém e 13% feriram pelo menos uma pessoa ao longo de um ano. Uma das mais óbvias razões para isso, apesar de certamente não ser a única, é que os policiais trabalham em contextos perigosos. Um terço de toda a força policial já testemunhou diretamente um colega ser baleado, bem como 20% viram um policial ser morto. Mais de 7% dos policiais já foram baleados e feridos ao menos uma vez. É difícil encontrar outra organização policial no mundo exposta a níveis tão altos de violência armada.

Por outro lado, a violência não se restringe apenas à vida profissional dos policiais, mas também é parte, com frequência, da sua vida cotidiana. Muitos policiais sofreram violência criminal em sua infância e adolescência, particularmente os que apresentam uma origem mais humilde. Em consequência, os níveis de estresse na corporação são altos. Os policiais dormem em média apenas 6,2 horas por dia, e os sintomas físicos de ansiedade não são incomuns.

Menos da metade dos policiais afirmou estar satisfeita com o seu trabalho, enquanto 30% estão claramente insa-

tisfeitos. Uma reclamação comum é a de que o sistema disciplinar é injusto, visto que 40% revelaram ter medo de ser presos por cumprir seu dever e 44% declararam já ter sido submetidos a uma punição injusta no passado. Indubitavelmente, uma das razões para isso é a falta de disciplina dos policiais. Mais de 38% conheceram pessoalmente policiais que foram expulsos da corporação por questões disciplinares ou criminais.

No que tange à doutrina em geral, apesar da tentativa de mudança de paradigma proposta recentemente pelas UPPs, a guerra contra as drogas ainda parece ser o princípio orientador das operações policiais. A maioria dos agentes que responderam à questão afirmou que sua unidade policial os recompensava com dias de folga, caso apreendessem drogas. E esse percentual se tornou ainda maior nas UPPs.

A fim de testar os determinantes da doutrina policial e das atitudes em relação ao uso da força, foi construída uma escala que opõe a abordagem da “guerra contra o crime” (distanciamento da comunidade, descaso em relação aos direitos humanos, etc.) ao modelo de “policiamento de proximidade”, o qual advoga o trabalho em conjunto com a comunidade e o respeito aos direitos humanos. Os policiais mais inclinados na direção da “mentalidade da guerra” são mais jovens, com menor escolaridade, foram lotados num maior número de unidades e foram expostos à violência durante a infância ou adolescência. O efeito da violência durante os primeiros anos parece ser mediado pelo estresse, de forma que desaparece assim que este último é controlado no modelo.

Por sua vez, os membros da polícia mais inclinados ao “policiamento de proximidade” tendem a ser mais velhos, com maior nível de escolaridade e costumam frequentar cerimônias religiosas.

Adicionalmente, os policiais que defendem um modelo de policiamento mais duro tendem a sofrer maior nível de estresse, sentem menos orgulho de seu trabalho e se sentem

mais desrespeitados pelos cidadãos. De fato, a noção de “respeito” parece ser crucial para a percepção dos policiais sobre o seu trabalho, confirmando outras pesquisas qualitativas. Esses resultados apontam para a conclusão perturbadora de que a doutrina do uso da força não é uma questão meramente técnica, pois está fortemente ligada a fatores emocionais e ao histórico de violência a que o próprio policial foi submetido.

As mulheres parecem não diferir dos homens em relação à doutrina ou às atitudes sobre o uso da força. Mais preocupante, os policiais da nova UPP, cuja doutrina¹ é reduzir a violência, não estão mais inclinados do que seus colegas de corporação ao modelo de policiamento de proximidade. Em suma, se as UPPs foram concebidas como um projeto para transformar a doutrina policial no seu conjunto, elas não parecem estar cumprindo esse papel até aqui. Por isso, não é surpreendente que menos de 20% dos policiais das UPPs gostariam de continuar a trabalhar no projeto, o menor percentual entre todos os tipos de unidades policiais.

Em relação ao uso real da força letal, as diferenças entre as unidades e os tipos de função, como esperado, são muito marcadas. Os membros de unidades especializadas, particularmente o Bope, e dos grupos táticos atiram mais do que o policial médio dedicado ao patrulhamento. As UPPs, como revelado por outros estudos e por dados oficiais, usam a força de forma mais moderada do que os policiais de batalhões de área. Isso é particularmente importante quando se considera que as UPPs estão localizadas em áreas que costumavam ser muito violentas no passado. No entanto, esse diferencial desaparece quando as condições locais e os níveis criminais são levados em conta. Assim, as UPPs parecem usar menos

1 Essa doutrina não está plenamente descrita nos documentos oficiais, mas é evidente em toda a estratégia de comunicação do programa. O site oficial das UPPs, por exemplo, declara que um de seus objetivos é “contribuir para quebrar a lógica da ‘guerra’ que existe no estado do Rio de Janeiro” (disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/faq>>. Acesso em 14 dez. 2015).

a força não por razões doutrinárias, mas porque, como mencionado acima, simplesmente trabalham em um ambiente diferente.

Significativamente, as unidades em que os policiais são mais encorajados a apreender drogas tendem a atirar mais, confirmando a associação entre “guerra às drogas” e violência letal. Entretanto, quando o contexto criminal local é levado em consideração, essa associação desaparece.

Adicionalmente, os policiais que serviram em unidades de operações especiais, como o Bope, continuam a usar mais a força do que seus companheiros, após serem transferidos para uma unidade diferente. Esse dado aponta para a possibilidade de um efeito de “formação” ou socialização dessas unidades sobre a carreira futura de seus membros. Além disso, os policiais que receberam “pecúnia por bravura”, por se envolverem em tiroteios letais contra suspeitos há mais de quinze anos, continuam a usar mais a força nos dias de hoje, o que pode ser resultado tanto do impacto socializador dessa controversa política quanto de um efeito de autosseleção dos policiais mais violentos em relação à premiação.²

No nível individual, isto é, após controlar os fatores institucionais e contextuais, o perfil dos policiais que mais usam a força letal é o seguinte: homens, pessoas que foram individualmente expostas ou tiveram amigos ou parentes expostos à violência criminal durante a infância e a adolescência, bem como policiais com grande mobilidade entre unidades. Como esperado, policiais que apoiam a abordagem da “guerra contra o crime” usam mais a força. Também usam mais as armas aqueles que se sentem orgulhosos do seu trabalho.

Os policiais que atiram mais apresentam maiores sintomas de estresse, o que pode ser compreendido de duas formas complementares: pelo efeito da violência sobre o estres-

2 Nesse último caso, a explicação seria que os policiais originalmente mais violentos foram justamente os premiados por bravura.

se e pelo fato de o estresse também promover níveis mais elevados de uso da força.

Novamente, é esclarecedor e preocupante concluir que o uso da força não está meramente relacionado a elementos técnicos, mas está fortemente associado a questões emocionais e ao histórico pessoal do policial. E isso não se reflete apenas nos valores apoiados pelos policiais, mas também no seu comportamento real. Embora seja perturbadora, essa constatação abre possibilidades para a construção de políticas que ajudariam a reduzir o uso letal da força ao levar esses fatores em conta na seleção e no treinamento.

Torna-se importante enfatizar que todos esses resultados são robustos em relação à inclusão do efeito fixo das unidades policiais e dos indicadores que mensuram o particular contexto criminal enfrentado pelos policiais em sua rotina diária. Os resultados claramente demonstram que os policiais que trabalham em contextos criminais caracterizados por crimes violentos estão mais propensos a usar a força letal do que os policiais que desempenham sua função em locais onde ocorrências menos graves são comuns. Além disso, policiais que testemunharam um colega ser morto são significativamente mais violentos.

É interessante contrastar os preditores do uso real da força com aqueles relacionados aos valores e à doutrina. Cabos e sargentos, por exemplo, usam mais a força que soldados, apesar do fato de, do ponto de vista da doutrina, eles se manifestarem menos propensos a isso. Como já salientado, os policiais das UPPs usam menos a força, mas não por diferenças doutrinárias em relação ao restante da polícia, de forma que a conclusão principal pode ser a de que a redução da força nesse caso seja provavelmente resultado, sobretudo, de fatores ambientais.

Os policiais que se sentem orgulhosos e respeitados usam mais a força na prática, ao passo que os policiais que se sentem menos respeitados e menos orgulhosos gostariam de

usar mais a força. Isso sugere que essas manifestações valorativas podem ser uma forma simbólica encontrada pelos policiais de expressar a sua frustração.

Por sua vez, as mulheres usam significativamente menos a força do que os companheiros do sexo masculino, mas não mostram nenhuma diferença de doutrina e valores. Essa diferença das mulheres em relação ao uso da força talvez ocorra por uma menor inclinação a ações violentas, tal como indicado por uma parte da literatura. Contudo, não é possível descartar a possibilidade de a instituição encontrar formas de colocar as mulheres em situação de menor risco, mesmo quando elas são designadas para a mesma função e lotadas nas mesmas unidades em que os homens costumam atuar.

Finalmente, foram feitas diversas pesquisas experimentais para avaliar como os policiais interpretam e justificam o uso da força letal. No experimento mais significativo, foi apresentada aos entrevistados uma história em que o policial fez um uso excessivo e injustificado da força, atirando em suspeitos em fuga. Entretanto, a informação de que os fugitivos carregavam drogas e arma em suas mochilas induziu muitos entrevistados a justificar os disparos, apesar de a informação não estar disponível para os policiais do relato no momento em que decidiram atirar.

Os resultados desses experimentos são bastante reveladores em vários sentidos. Primeiro, destacam que a “guerra às drogas” é um fator-chave no encorajamento do uso excessivo da força. Segundo, evidenciam que muitos policiais parecem avaliar o nível de uso da força não só em termos da informação disponível no momento em que a decisão deve ser tomada – tal como apregoado pela norma técnica –, mas também em função de informações anteriores e posteriores.

Apêndice

Comprovação da aleatoriedade do experimento de *priming*

As médias das variáveis são comparadas entre condições. Em geral, a randomização funcionou de forma efetiva. Exceto as variáveis “Cabo” e, marginalmente, “Unidade atual: UPP” e “Índice de doutrina policial”, todas as outras não apresentaram diferenças significativas entre condições (ver tabela na página a seguir).

3ª prova

Descrição da variável	Média grupo "iPad"	Média grupo "drogas e arma"	T-teste
			Pr(T > t)
Cabo	0,12	0,14	0,01
Unidade atual: UPP	0,38	0,35	0,05
Índice de doutrina policial	-0,01	0,02	0,07
Percepção do treinamento	0,20	0,18	0,13
Já trabalhou em UPP	0,11	0,13	0,15
Sargento	0,33	0,32	0,28
Subtenente	0,02	0,02	0,29
Cresceu em favela	0,17	0,16	0,29
Exposição à violência na infância/ adolescência	0,03	0,01	0,29
Desrespeito à autoridade	0,01	-0,01	0,30
Sem religião	0,21	0,20	0,38
Protestante	0,33	0,34	0,43
Pecúnia por bravura	0,01	0,02	0,44
Trabalhou em outras unidades	0,03	0,04	0,44
Idade	35,16	35,01	0,44
Ocorrências de roubos	-0,01	0,01	0,47
Número de unidades em que foi lotado	2,95	2,91	0,53
Unidade atual: outros batalhões especializados	0,08	0,09	0,53
Unidade atual: Choque	0,05	0,06	0,53
Estresse	0,01	0,00	0,54
Função atual: grupo tático	0,11	0,11	0,65
Nível de escolaridade	3,48	3,49	0,70
Unidade atual: Bope	0,02	0,02	0,79
Não branco	0,63	0,63	0,83
Tenente	0,02	0,02	0,88
Frequência de culto	3,46	3,46	0,91
Mulher	0,06	0,06	0,93

Referências

BARGH, John A. What have we been priming all these years?: On the development, mechanisms, and ecology of nonconscious social behavior. *European Journal of Social Psychology*, v. 36, n. 2, p. 147-168, mar./abr. 2006.

BLAIR, Graeme; IMAI, Kosuke. Statistical analysis of list experiments. *Political Analysis*, v. 20, n. 1, p. 47-77, jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Portaria interministerial nº 4.226, 31 dez. 2010.

BROOKS, Risa A. Society and the terrorist: how does social support affect militant group strategy? Trabalho apresentado no Encontro Anual da American Political Science Association, 2007. Chicago, IL, 31 ago./2 set. 2007.

CANO, Ignacio. *The use of lethal force by police in Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, 1997.

_____; LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L. *Quem vigia os vigias?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo (org.). *Os "donos do morro": uma análise exploratória do impacto das Uni-*

dades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

_____; DUARTE, Thais. “*No sapatinho*”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CESeC. *Unidades de Polícia Pacificadora: o que pensam os policiais*. Rio de Janeiro. Março, 2011. Mimeo.

CORSTANGE, Daniel. Sensitive questions, truthful answers?: Modeling the list experiment multivariately with Listit. *Political Analysis*, v. 17, n.1, p. 45-63, 2009.

FRANCO, Edgar; MAGALONI, Beatriz; MELO, Vanessa. *Lethal violence in Rio de Janeiro: an analysis of the spatial dynamics of homicides and deaths by police action, 2005-2013*. 2015. Mimeo.

GLYNN, Adam N. What can we learn with statistical truth serum?: Design and analysis of the List Experiment. *Public Opinion Quarterly*, v. 77, n. 1, p. 159-172, 2013.

GONZÁLEZ-OCANTOS, Ezequiel; JONGE, Chad Kiewiet de; MELÉNDEZ, Carlos Javier Osorio; NICKERSON, David W. Vote buying and social desirability: experimental evidence in Nicaragua. *American Journal of Political Science*, v. 56, n.1, p. 202-217, 2012.

HOLBROOK, Allyson L.; KROSNICK, Jon. A. Social desirability bias in voter turnout reports: tests using the item count technique. *Public Opinion Quarterly*, v. 74, n. 1, p. 37-67, 2010.

KALYVAS, Stathis N.; KOCHER, Matthew A. The dynamics of violence in Vietnam: An analysis of the Hamlet Evaluation System (HES). *Journal of Peace Research*, v. 46, n. 3, p. 335-355, 2009.

KRUEGER, Alan B. *What makes a terrorist: economics and the roots of terrorism*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2007.

LEMGRUBER, Julita et al. Ser policial de UPP: aproximações e resistências. *Boletim segurança e cidadania*. Rio de Janeiro: CESeC, n.14, nov. 2013.

LYALL, Jason; BLAIR, Graeme; IMAI, Kosuke. Explaining support for combatants during wartime: a survey experiment in Afghanistan. *American Political Science Review*, v. 107, n. 4, p. 679-705, 2013.

RAFAEL, Antônio. *Um abraço para todos os amigos*: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 1998.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Report of the special rapporteur on extrajudicial, summary or arbitrary executions by Mr. Philip Alston*. Addendum: Mission to Brazil, 2009. Document reference: A/HRC/11/2/Add.2.

WARR, Mark. Fear of crime in the United States: avenues for research and policy. *Criminal Justice*, 4, p. 451-489, 2000.

ZALUAR, Alba. *O condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan; UFRJ, 1994.

Sobre os autores

Beatriz Magaloni é professora associada do Departamento de Ciência Política da Universidade de Stanford. Publicou *Voting for autocracy: hegemonic party survival and its demise in Mexico* (2006) e *Strategies of vote buying: democracy, clientelism, and poverty relief in Mexico* (com Alberto Diaz Cayeros e Federico Estévez). Em 2010, fundou o Program on Poverty and Governance (PovGov) no FSI's Center on Democracy, Development and the Rule of Law. O programa tem uma agenda de pesquisas focada na governança, redução da pobreza, clientelismo eleitoral, promoção de acesso a bens públicos e violência criminal.

Ignacio Cano é professor associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Entre vários artigos escritos para revistas nacionais e internacionais, publicou, com Dorian Borges e Eduardo Ribeiro, *Os "donos do morro": uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro* (2014), e, com Thais Duarte, *"No sapatinho": a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]* (2012), ambos pela Fundação Heinrich Böll. Em 2003, foi um dos fundadores do Laboratório de Análise da Violência (LAV), vinculado ao

124 Determinantes do uso da força policial no Rio de Janeiro

Instituto de Ciências Sociais da Uerj, que se dedica a realizar pesquisas e atividades de extensão na área de segurança pública e direitos humanos.